

Pacote da habitação entre apoios e críticas

Governistas acham que programa ajuda a resolver déficit de moradia e a reativar a economia, mas oposição suspeita de intenção eleitoreira.

página 13



JOSÉ CRUZ

Brasil reage bem à crise, diz Meirelles no Senado

Presidente do BC citou indicadores que, a seu ver, colocam o país em condições melhores do que as dos outros emergentes

página 12

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 2.989/211 — Brasília, 30 de março a 5 de abril de 2009

EDIÇÃO SEMANAL

justiça

Mais rigor com
sequestro-
relâmpago
aguarda sanção

página 4

Congresso tenta evitar a armadilha das MPs

Ministro Celso de Mello, do STF, reforçou interpretação que restringe obstrução da pauta por medidas provisórias. Após aprovar mais de 20 proposições semana passada, Senado pode analisar mudanças na Constituição como a que reduz a maioria penal.

página 3

cidadania

Colesterol,
mocinho
e bandido

A compreensão das funções e níveis recomendados de colesterol, substância naturalmente encontrada no corpo humano, pode ajudar na prevenção de doenças cardiovasculares. Saiba mais sobre colesterol bom e ruim.

página 20

e mais...

projetos aprovados	4
ambiente legal	6
agora é lei	7
voz do leitor	19
frases	19
pergunte ao senador	19



AGÊNCIA PETROBRAS

Intrépida Trupe, grupo que se beneficia da Lei Rouanet: incentivo cultural pode ter novas regras

Empresas podem perder autonomia no incentivo à cultura

páginas 10 e 11

índios

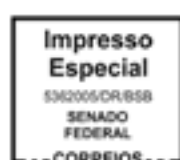
Decisão do Supremo lança
parâmetros sobre reservas

páginas 8 e 9

saneamento

Comissão aprova proposta
que visa prevenir enchentes

página 6



congresso

Proposta amplia combate ao crime organizado

Infrator poderá ser punido com reclusão de cinco a dez anos, mais multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais delitos praticados

Os senadores deverão votar na sessão plenária desta terça-feira o projeto de lei do Senado que institui normas para reprimir o crime organizado. Conforme a proposta, quem promover, constituir, financiar, cooperar, integrar e favorecer pessoalmente ou indiretamente organização criminosa será punido com reclusão de cinco a dez anos e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais crimes praticados.

Segundo o projeto, o financiamento de campanhas políticas destinadas à eleição de candidatos com a finalidade de garantir ou facilitar as ações de organizações criminosas será igualmente punido.

Apresentada em 2006 pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), a proposição (PLS 150/06) foi relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Aloizio



Senadores também podem decidir sobre voto aberto para perda de mandato

Mercadante (PT-SP).

O texto considera organização criminosa a associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada, caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de um ou mais

crimes, entre os 19 listados.

Também poderão ser votadas terça-feira pelo Plenário, em primeiro turno, cinco propostas de emenda à Constituição (PEC), três das quais tratam da obrigatoriedade do voto aberto dos parlamentares para decisão sobre perda de mandato. A pauta inclui um total de 28 matérias.

Monitoração eletrônica de condenado

A utilização de pulseira ou tornozeleira eletrônica para a vigilância indireta de condenados pela Justiça é o que determina projeto que será votado nesta quarta-feira, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou voto favorável a substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto, que teve origem no Senado.

Na Câmara, a proposta (PLS 175/07), do senador Magno Malta (PR-ES), foi anexada a outras que tratam de tema semelhante, resultando no substitutivo que será agora apreciado. Uma das alterações feitas pelos deputados prevê uma seção específica na Lei de Execução Penal a respeito da monitoração eletrônica.

Outra matéria que será examinada pela CCJ é o substitutivo da Câmara ao PLS 203/01, que

regulamenta o exercício das atividades de mototaxista e de motoboy. Encontra-se ainda na pauta o PLS 51/06, que dispõe sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

A CCJ deve examinar ainda emendas de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição 12/06, que institui regime especial de pagamento de precatórios.

CCJ debate projeto sobre cotas nas universidades

O projeto que estabelece a política de cotas sociais e raciais para o ingresso de alunos nas universidades federais e estaduais, e ainda nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, será debatido em audiência pública nesta quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O debate do PLS 180/08 terá início após análise das emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição que institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, DF, estados e municípios (PEC 12/06).

Foram convidados para a audiência o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Edson Santos de Souza; o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Amaro Lins; o historiador e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, José Roberto Pinto de Góes; o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubés), Ismael Cardoso; e o ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzman. Essa será a terceira audiência que a CCJ irá

realizar para debater o projeto, que reserva no mínimo 50% das vagas nessas instituições para quem tenha cursado o período escolar anterior integralmente em escolas públicas. Metade das vagas reservadas (25% do total) deve ser preenchida, pela "cota social", por estudantes de famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo. A outra metade, por alunos negros, pardos e indígenas. A proposição já foi aprovada na Câmara.

De acordo com o texto em análise, que tem Serys Slhessarenko (PT-MT) como relatora, as vagas por etnia devem ser preenchidas de acordo com a proporção de cada grupo na população do estado onde se localiza a instituição de ensino. A proposta, da deputada Nice Lobão (DEM-MA), foi aprovada na forma do substitutivo do deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Ainda de acordo com a proposta, as universidades terão o prazo de quatro anos para o cumprimento das regras. O projeto faculta às instituições privadas de ensino superior o mesmo regime de cotas.

OVERBOOKING

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai convidar diversas autoridades da área da aviação civil; representantes das empresas de aviação e de turismo; e a entidade que defende os direitos dos passageiros para uma audiência pública. Eles irão discutir com os senadores os diversos projetos que tramitam no Senado com o objetivo de regular a prática de *overbooking* pelas companhias aéreas.

EMBALAGENS

Desde 2000, a lei obriga os usuários a devolverem as embalagens de agrotóxicos vazias aos estabelecimentos comerciais onde os produtos foram adquiridos. Está na pauta da Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) que estende essa obrigatoriedade aos usuários de produtos de uso veterinário. A matéria (PLS 718/07) poderá ser votada nesta terça-feira. O parecer do relator, César Borges (DEM-BA), é pela aprovação, com emendas.

comissões

Segunda-feira

9h – JURISTAS

Código de Processo Penal – Reunião de trabalho. A comissão se reúne novamente nesta terça-feira, no mesmo horário.

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

Safra – Audiência pública sobre a antecipação de crédito para o Plano Safra. Estão convidados representantes dos bancos do Brasil e Central e das confederações da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Moradia – Entre os 12 itens da pauta, a comissão vota projeto que trata de incentivo fiscal ao empregador para a construção de habitação para o empregado. Outra proposta concede benefício a empresas que utilizarem produtos de plástico biodegradável ou hidrossolúvel.

11h – EDUCAÇÃO

Crianças – O primeiro dos 18 itens em pauta estabelece critérios para o oferecimento de educação integral ou parcial às crianças de até seis anos de idade. Consta ainda projeto que regulamenta as profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Lixo – Na pauta, projeto que trata de medidas para a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário. Vota ainda proposta de debate sobre projeto que susta o direito à informação do consumidor a respeito da procedência de produtos de origem animal que tenham relação com organismos geneticamente modificados.

14h – REGIMENTO

Mudanças – Debate de propostas para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

14h30 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Plano – Definição do plano de trabalho e votação de requerimentos.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Arquivo eletrônico – Os senadores analisam substitutivo que reúne dois projetos que tratam de regras para a elaboração e arquivamento de documentos em meio eletromagnético. Estão incluídos também na pauta 36 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Precatórios – Na pauta, texto final elaborado pelo relator, senador Valdir Raupp, sobre sete propostas de emenda à Constituição que tratam de pagamento de precatórios judiciais. Os senadores participam depois de debate sobre projeto que determina a reserva de vagas nas universidades para alunos provenientes de escolas públicas. Foram convidados, entre outros, o ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos de Souza; o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Amaro Lins; e o

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

PCdoB – Na hora do expediente, homenagem aos 87 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Eleitor no exterior – Os senado-

res examinam, entre outros itens, a PEC 5/05, que concede ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Quarta-feira e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

historiador e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro José Roberto Pinto de Góes. Em seguida, a comissão analisa pauta com 36 itens, entre eles, projeto que prevê a possibilidade de utilização de pulseira ou tornozeleira eletrônica na vigilância indireta de condenados pela Justiça.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS e MEIO AMBIENTE

Saneamento – Audiência pública

conjunta para ouvir o ministro das Cidades, Márcio Fortes, a respeito da utilização de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que deveriam ser utilizados no Programa de Ação Social (PAS) e da devolução, pela União, de US\$ 57 milhões do referido programa.

14h30 – ORÇAMENTO

Reunião – A comissão ainda vai divulgar a pauta de votações.

plenário

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO



Na CCJ, em abril de 2007, texto de Demostenes (acima) conseguiu passar por estreita margem a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, proposta criticada por Patrícia Saboya (abaixo). No Plenário, porém, aprovação só por três quintos



Líderes definirão cronograma para votar propostas

O Colégio de Líderes partidários deve se reunir nesta semana para estabelecer um cronograma de votação para as diversas PECs na fila do Plenário. A sugestão foi apresentada pelo líder do DEM, José Agripino (RN), e acatada pelo presidente do Senado, José Sarney. Algumas PECs incluídas na pauta da semana passada não puderam ser apreciadas por falta de quórum.

Líder do PSB, o senador Antônio Carlos Valadares (SE) disse ter achado estranho não ter encontrado em Plenário, no horário marcado para o início da ordem do dia, todas as lideranças que participaram de reunião realizada na terça-feira, quando concordaram em votar diversas matérias.

– Fiquei entusiasmado com a reunião dos líderes de todos os partidos – disse, ressaltando o dever dos parlamentares com o funcionamento normal da Casa e com a restauração de sua credibilidade.

Se pauta for liberada, 11 PECs poderão ser apreciadas

Se a interpretação de Michel Temer já estivesse valendo, uma das primeiras propostas prontas para votação não poderia ser mais polêmica: a proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.

Com base em seis PECs, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) teve seu substitutivo aprovado por estreita margem de votos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em abril de 2007. Porém, no Plenário, o substitutivo à PEC 20/99 vai precisar do apoio de três quintos dos senadores (49 votos).

De acordo com o texto, menores de 18 e maiores de 16 anos só poderão ser penalmente imputáveis se, na época em que cometeram a ação criminosa, apresentavam “plena capacidade” de entender o caráter ilícito do ato. Para isso, o juiz pedirá laudo de especialistas. Se condenados, os jovens cumprirão pena em local distinto

dos presos maiores.

A proposta enfrenta forte resistência da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente. Para ela, a idade penal é protegida por cláusula pétrea da Constituição.

Também estão prontas para votação as PECs 38/04 e 86/07, que determinam o voto aberto no Legislativo para a decretação de perda de mandato do parlamentar. Elas devem ser votadas em conjunto com a PEC 50/06, que estende a obrigatoriedade a todas as votações na Câmara e no Senado.

A PEC 5/05, que permite a brasileiros residentes no exterior eleger deputados federais, e a PEC 29/03, que institui avaliação de indicadores de responsabilidade social, completam a lista das propostas de emenda à Constituição, que, com a pauta desbloqueada, poderiam ir imediatamente à deliberação dos senadores.

Congresso busca antídoto para bloqueio de MPs

Celso de Mello, do STF, reforçou interpretação que permite a análise de propostas sobre temas que não podem ser alvo de medidas provisórias.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello reforçou na sexta-feira a interpretação que pode limitar o poder de obstrução de pauta por medidas provisórias (MPs) com prazo de votação vencido. Ele negou pedido de liminar em mandado de segurança movido por PSDB, DEM e PPS contra interpretação do presidente da Câmara, Michel Temer, para quem as MPs só trancariam as votações de projetos de lei, liberando a apreciação de propostas de emenda à Constituição, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução e até de projetos de lei complementar.

Atualmente, se a MP não for votada em 45 dias, ela impede a deliberação de qualquer tipo de proposta no Plenário da Casa onde estiver em tramitação.

Segundo Celso de Mello, a decisão “teria, aparentemente, a virtude de fazer instaurar, no âmbito da Câmara dos Deputados, verdadeira praxis libertadora do desempenho da função primária que, histórica e institucionalmente, sempre lhe pertenceu: a função de legislar”.

Na semana passada, o Senado conseguiu uma rara brecha entre as obstruções da pauta por MPs e votou mais de 20 proposições, mas esta semana já deve receber novas medidas aprovadas na Câmara.

Segundo avaliação do consultor legislativo do Senado Marcos Santi, a nova interpretação deve liberar a votação de cerca de 50%

das propostas em tramitação no Congresso (veja quadro abaixo).

As interpretações que restringem o trancamento da pauta foram os meios encontrados pelo Legislativo de retomar o controle de sua prerrogativa constitucional. Com as sucessivas – e, para muitos, excessivas – edições, as MPs acabam manietando os parlamentares, que ficam com a pauta de votações dominada pelas propostas do Executivo.

O Senado já interpreta hoje que os projetos de resolução que tratam da aprovação de autoridades (embaixadores, diretores de agências reguladoras etc.) não são abarcados pelo sobrestamento previsto na Constituição. Da mesma forma, as comissões foram liberadas para apreciar projetos em caráter terminativo, tendo em vista que essa votação não encerra o processo legislativo (ainda cabe recurso da decisão ao Plenário).

Este ano, o presidente do Senado, José Sarney, resolveu liberar a votação de requerimentos que versem sobre a tramitação de outras propostas, como pedidos de urgência e de inversão de pauta. “Essas são deliberações processuais. Não são votações finais”, argumenta a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.

Para Marcos Santi, “a interpretação resolve em grande parte o problema do Congresso, que pode retomar suas prerrogativas”, conforme escreveu no artigo “Medida provisória e sobrestamento de pauta: uma combinação restritiva dos poderes do Congresso Nacional”.

Emendas constitucionais na fila do Plenário	
No caso da maioria penal, será votado um substitutivo	
PEC/Autor	Assunto
PEC 20/99 – Ex-senador José Roberto Arruda PEC 18/99 – Romero Jucá PEC 3/01 – Ex-senador José Roberto Arruda PEC 26/02 – Ex-senador Iris Rezende PEC 90/03 – Magno Malta PEC 9/04 – Papaléo Paes	Reduzem a maioria penal
PEC 29/03 – Lúcia Vânia	Cria condições para a aprovação da Lei de Responsabilidade Social
PEC 5/05 – Cristovam Buarque	Concede ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições
PEC 38/04 – Ex-senador Sérgio Cabral PEC 50/06 – Paulo Paim PEC 86/07 – Alvaro Dias	Limitam ou acabam com o voto secreto nas decisões da Câmara e do Senado

decisões

Código pode prever sequestro-relâmpago

Senado aprovou projeto que modifica as leis penais para tipificar o crime, a ser punido com até 12 anos de reclusão, mas presidente pode vetar

O Senado aprovou projeto que tipifica o crime de sequestro-relâmpago no Código Penal (PLS 54/04). A pena varia entre seis e 12 anos de reclusão. Se o sequestro causar lesão corporal grave, a punição passa a variar entre 16 e 24 anos de reclusão, e, se seguido de morte, a reclusão será por um período entre 24 e 30 anos.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator da proposta, lamentou a posição do Ministério da Justiça, que, de acordo com a imprensa, recomendará ao presidente Lula o veto ao projeto.

– Seria importante que o governo repercutisse o anseio da sociedade que sofre por este malfeito – disse.

O Ministério da Justiça critica a possibilidade de o projeto conferir ao sequestro-relâmpago punição mais grave do que a pre-



Para Flexa Ribeiro, o governo deve “repercutir o anseio da sociedade que sofre por este malfeito”

vista para o homicídio simples e defende uma mudança geral do Código Penal.

Para Flexa Ribeiro e Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a manifestação do governo apenas esconde uma posição favorável a penas mais brandas em toda



Demostenes Torres questiona razões do Ministério da Justiça, a quem atribui “cultura de penas baixas”

a legislação penal.

– Espero que o presidente não faça essa bobagem [vetar o projeto]. O Ministério da Justiça está dominado por uma cultura de penas baixas. Eu aposto que, se o texto for vetado, em seguida será enviado novo projeto com penas menores – declarou Demostenes.

FOTOS GERALDO MAGELA

CPI do Dnit não teve assinaturas suficientes

A Mesa arquivou requerimento de criação da CPI do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em razão do número insuficiente de assinaturas. O presidente do Senado, José Sarney, havia anunciado a criação da CPI, mas quatro senadores retiraram suas assinaturas do requerimento apresentado há um ano e meio pelo senador Mário Couto (PSDB-PA).

Protógenes: apoio de parlamentares

Comitiva de senadores e deputados vai procurar o ministro da Justiça, Tarso Genro, para discutir o inquérito que apura a conduta do delegado Protógenes Queiroz, responsável, até julho de 2008, pela Operação Satiagraha da Polícia Federal, informou o senador José Nery (PSOL-PA). A comitiva agendou outras atividades de apoio ao delegado.

PROCESSOS TRABALHISTAS

A garantia da autenticidade de documentos apresentados como provas em processos trabalhistas poderá ser dada pelos próprios advogados. Estes, por sua vez, terão de responder pela veracidade de suas declarações. As medidas modificam a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

VEÍCULO IRRECUPERÁVEL

O dono de veículo irrecuperável poderá ser obrigado a pedir a baixa do registro até 60 dias após o acidente. O objetivo da medida é impedir que criminosos usem os documentos do automóvel batido para “legalizar” carros roubados.

BENS BLOQUEADOS

O Código de Processo Penal poderá prever a indisponibilidade dos bens de indiciado ou acusado, e a necessidade de pedir pessoalmente ao juiz a restituição ou disponibilidade. É o que prevê o PLS 138/06, aprovado pela CCJ.

CÓPIAS DE PROCESSOS

Advogados das partes poderão retirar processos de cartórios judiciais pelo prazo de uma hora para fazer cópias. É o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara 104/06. A proposta vai ao Plenário.

DEPOSITÁRIO INFIEL

A prisão do depositário infiel (pessoa que vende bem que lhe foi confiado pela Justiça) poderá ser retirada da Constituição, se aprovada a Proposta de Emenda à Constituição 30/03, também aprovada pela CCJ.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA

A CCJ aprovou ainda mudanças no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O projeto (PLC 136/08-Complementar) define diretrizes, planos, programas, projetos e ações a serem desenvolvidos nos próximos anos pelo órgão.

Presídio feminino deve assistir mães e crianças

Projeto que assegura às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência, como acompanhamento médico no pré-natal e no pós-parto e atendimento clínico ao bebê (PLC 105/03), foi aprovado pelo Senado. A proposta retorna à Câmara, já que foram feitas duas emendas pela relatora Serys Slhessarenko (PT-MT)

na Comissão de Constituição e Justiça.

Os estabelecimentos femininos deverão ter berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los até os seis meses de idade, no mínimo. Essas penitenciárias também deverão ter uma seção para gestantes e parturientes e uma creche para abrigar crian-

ças maiores de seis meses e menores de sete anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

O texto exige que a creche seja atendida por pessoal qualificado, com horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e a sua responsável.

Projetos aprovados

De 23 a 27 de março

➔ **PLC 1/06** – Estabelece que os planos e seguros privados de assistência à saúde deverão atender casos de planejamento familiar. Vai a sanção presidencial.

➔ **PLS 54/04** – Tipifica o crime de sequestro-relâmpago no Código Penal (*veja matéria nesta página*). Vai a sanção.

➔ **PLC 115/07** – Autoriza o enteado a adotar o sobrenome da família adotiva. Vai a sanção.

➔ **PLC 105/03** – Assegura assistência às mães presas e aos recém-nascidos, como acompanhamento médico no pré-natal e no pós-parto e atendimento clínico ao bebê. Retorna à Câmara dos Deputados.

➔ **PLV 1/09** – Oriundo da Medida Provisória 447/08, amplia os prazos de pagamento de impostos e contribuições, tais como IR, IPI, PIS/Pasep, Cofins e contribuições previdenciárias. Retorna à Câmara.

➔ **PRS 9/09** – Modifica o cálculo do comprometimento anual da renda dos estados e municípios com amortizações, juros e

demais encargos da dívida consolidada. Vai a promulgação.

➔ **PLC 75/04** – Obriga os fabricantes a imprimir na embalagem de todo tipo de lâmpadas advertência sobre suas propriedades e sobre as consequências do uso em tensão diferente da especificada. Vai a sanção.

➔ **PLS 142/05** – Obriga o proprietário de veículo irrecuperável, objeto de sinistro, a requerer a baixa do registro no prazo de 60 dias. Vai à Câmara.

➔ **PDS 268/08** – Dispõe sobre ajuste em acordo de cooperação financeira entre o Brasil e a Alemanha, relativo a programa de saneamento no Piauí. Vai a promulgação.

➔ **PLP 293/99** – Regulamenta o Sistema Nacional de Crédito permitindo que as cooperativas tenham acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para que possam emprestar a baixo custo.

➔ **PLC 4/06** – Do Executivo, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para

permitir sejam apresentadas cópias simples de documentos, não autenticadas, como provas nos processos trabalhistas. Vai a sanção.

➔ **PLC 103/05** – Veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela CLT. Aguarda nova votação.

➔ **PLC 11/06** – Estipula que, nas relações individuais e coletivas de trabalho, é dever das partes proceder com probidade e boa-fé. Vai a promulgação.

➔ **PDS 280/08** – Acata a convenção de extradição entre os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Vai a promulgação.

➔ **PDS 282/08** – Prevê acordo com o Uruguai para a construção da segunda ponte sobre o rio Jaguarão. Vai a promulgação.

➔ **PDL 287/08** – Aprova memorando de entendimento com a Suécia sobre cooperação na área de bioenergia. Vai a promulgação.

➔ **PDS 279/08** – Estabelece acordo de

cooperação técnica com Barbados. Vai a promulgação.

➔ **Datas** – Criados os dias do Vaqueiro Nordestino (PLC 69/08), Nacional da Bossa Nova (PLC 96/07) e Nacional do Caminhoneiro (PLC 34/08). Seguem para sanção.

➔ **PLC 28/06** – Denomina o Aeroporto Internacional de Macapá de Aeroporto Alberto Alcolumbre. Vai a sanção.

➔ **PDS 275/08** – Acordo para capacitação em *software* livre entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e o Brasil. Vai a promulgação.

➔ **PDL 270/08** – Aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008. Vai à Câmara dos Deputados.

➔ Novos embaixadores brasileiros – no Azerbaijão, na Nova Zelândia e na Armênia.

➔ Indicação presidencial de Tiago Pereira Lima para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

decisões

Senadores mudam cálculo para operações de crédito dos estados

Projeto de resolução que modifica o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada das operações de crédito interno e externo dos estados, municípios e do Distrito Federal foi aprovado pelo Plenário. O texto (PRS 9/09), que vai à promulgação, é da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Essas operações de crédito interno e externo deverão obedecer a determinadas exigências, como a que fixa em 11,5% da receita corrente líquida o limite máximo de comprometimento anual com amortizações, juros e demais

encargos da dívida consolidada, inclusive os relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar.

O projeto de resolução estabelece que o cálculo desse comprometimento deve ser feito pela média anual de todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida até 31 de dezembro de 2027.

A proposta visa amenizar os efeitos decorrentes dos critérios de projeção do serviço da dívida de contratos previstos na Lei 9.496/97.

EMPRÉSTIMO PARA O CEARÁ

O Senado autorizou a operação pela qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderá emprestar US\$ 41 milhões ao governo do Ceará. Os recursos financiarão parte do Programa de Modernização Fiscal do estado (Profisco-CE). O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), informa que esse programa terá à disposição um total de US\$ 50 milhões, sendo US\$ 9 milhões provenientes do governo do Ceará e os outros US\$ 41 milhões do empréstimo autorizado.

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA

A programação monetária relativa ao 4º trimestre de 2008 obteve a aprovação do Plenário do Senado e segue à Câmara. O projeto de decreto legislativo (PDS 270/08) foi relatado por Romero Jucá (PMDB-RR). O documento explicita as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, estipula metas indicativas de sua evolução para o período e descreve o comportamento previsto para a economia nacional nos três últimos meses de 2008.

Almeida Lima vai presidir a Comissão Mista de Orçamento

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) foi eleito na terça-feira presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 2009. No dia seguinte, ele comunicou à comissão que o relator-geral do Orçamento para 2010 será o deputado Geraldo Magela (PT-DF).

Para 2º e 3º vice-presidentes foram eleitos, respectivamente, o senador Jayme Campos (DEM-MT) e o deputado João Dado (PDT-SP). O 1º vice-presidente,

a pedido de deputados do PSDB e do DEM, será eleito nesta semana. Almeida Lima se comprometeu a lutar pela elaboração de uma peça orçamentária que dê condições ao país de enfrentar as dificuldades criadas pela crise econômica mundial.

– Exercerei uma presidência de forma republicana, no seu preciso termo, na sua precisa expressão, tratando a coisa pública como a coisa de todos, do povo – afirmou.

Isenção para diesel usado em energia e na agricultura

O óleo diesel utilizado na produção agrícola e na geração de energia elétrica poderá ser isento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), de acordo com projeto de Marconi Perillo (PSDB-GO) aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Apesar de considerar o texto inconstitucional, por implicar concessão de favor fiscal, o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), disse que o projeto (PLS 597/07) tem o mérito de sinalizar ao governo a necessidade de reduzir os custos da produção agrícola. A proposta segue para as comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Incentivo para transporte escolar é aprovado na CE

Veículos usados no transporte escolar coletivo poderão ser isentos de impostos federais, segundo proposta (PLS 240/08) aprovada pela Comissão de Educação (CE) e que segue para análise, em decisão terminativa, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pelo projeto, de Alvaro Dias (PSDB-PR), os veículos serão isentos da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quando adquiridos por profissionais autônomos e suas cooperativas – desde que habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar –, por prefeituras ou pelo DF. A receita da venda dos veículos será isenta ainda das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins.



Augusto Botelho (D) relatou medida provisória que alterou datas para o pagamento de tributos e contribuições federais

Ampliado prazo para recolher impostos

Empresários ganharam de cinco a dez dias a mais para saldarem obrigações tributárias e previdenciárias com o governo federal

O Senado aprovou, com alterações, a medida provisória (MP 447/08) que amplia os prazos de pagamento de impostos e contribuições – tais como Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além de contribuições previdenciárias. O projeto de lei de conversão (PLV 1/09) decorrente da MP volta para a Câmara.

Com a medida provisória o governo buscou aumentar o capital de giro das empresas antes do pagamento dos impostos, numa tentativa de amenizar os efeitos da crise financeira internacional.

A medida dilata entre cinco

e dez dias os prazos de recolhimento dos tributos federais, que variavam do 10º ao 20º dia do mês seguinte ao do fato gerador. O governo praticamente unificou essas datas em apenas duas: 20º dia e 25º dia do mês subsequente. Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, os novos prazos devem permitir às empresas girar cerca de R\$ 21 bilhões no caixa antes do pagamento dos tributos.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu o projeto, mas disse que o Executivo deve adotar medidas mais “veementes” no combate à crise financeira.

José Agripino (RN), líder do DEM, avaliou como positivo o aumento de prazo para pagamento de impostos, mas criticou

a inclusão de um tema alheio à medida provisória, referindo-se à emenda que permite aos servidores aposentados do Serpro continuarem cedidos ao Ministério da Fazenda.

Contribuição previdenciária rural

Mudança feita no projeto pela Câmara isenta da contribuição previdenciária do empregador rural pessoa física a produção destinada ao plantio ou reflorestamento e a de origem animal destinada à reprodução, entre outras. Pela lei, é cobrada alíquota de 2% da receita bruta da comercialização da produção, bem como 0,1% sobre essa mesma receita para financiar o pagamento de prestações por acidente de trabalho.

Cooperativas de crédito ganham regulamentação

Vai à sanção presidencial, depois de tramitar por dez anos no Congresso, o projeto (PLS 293/99-Complementar) que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Para o autor, senador Gerson Camata (PMDB-ES), trata-se do “estatuto da maioria do cooperativismo brasileiro”.

O projeto delinea a organização e os objetivos da cooperativa de crédito, definindo participantes, critérios de voto, regimes de co-gestão, mandato do conselho fiscal, remuneração anual das quotas, entre outros aspectos.

O relator, Osmar Dias (PDT-PR), ressaltou que a aprovação do projeto permitirá que as cooperativas de crédito tenham acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para repassar a um custo baixo aos seus associados.

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que o projeto fortalece o sistema nacional de crédito e permitirá o aumento

da concorrência, barateando os custos dos financiamentos.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) também previu que o fortalecimento das cooperativas de crédito permitirá que elas ofereçam taxas de juros menores.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou que as cooperativas de crédito são mais saudáveis e possuem um potencial fiscalizador maior do que as instituições financeiras tradicionais.

Marconi Perillo (PSDB-GO)

sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que vete a parte do texto aprovado pelo Senado que veda a participação de União, estados, Distrito Federal e municípios nas cooperativas de crédito. Ele explicou que preferiu não apresentar emenda em Plenário para que a matéria não tivesse de ser novamente apreciada pelos deputados. O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), considerou oportuna a proposta de Marconi e se comprometeu a levá-la ao presidente.



Senador Gerson Camata (D), cumprimentado por Garibaldi Alves Filho, comemora a aprovação de seu projeto que disciplina o crédito cooperativo

decisões

Proposta cria sistema para evitar enchentes

Comissão aprova meios de redução da velocidade de escoamento das águas pluviais em planos de saneamento básico de grandes cidades

Os planos de saneamento básico de áreas urbanas com alto coeficiente de impermeabilização deverão incluir sistemas de redução da velocidade de escoamento das águas pluviais, segundo projeto (PLS 205/08) do presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Renato Casagrande (PSB-ES), aprovado na terça-feira. A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ainda examinará a proposta.

O objetivo, disse Renato Casagrande, é fazer com que as grandes cidades brasileiras incluam em seu planejamento um plano de águas que contenha locais apropriados para armazenamento, para evitar enchentes. O parecer de Almeida Lima (PMDB-SE) registra que as inundações em cidades “altamente impermeabilizadas pela urbanização acelerada” resultam em agressões às várzeas dos rios, com prejuízos incalculáveis.



Ao lado de Delcídio (em pé), Casagrande, autor da proposta: objetivo é fazer cidades terem plano de águas com locais apropriados para armazenamento

A CMA aprovou ainda convite ao ministro das Cidades, Márcio Fortes, para explicar por que a União devolveu US\$ 57 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que eram destinados a projetos de saneamento básico em municípios de baixa renda.

A comissão também decidiu realizar audiência pública para debater o projeto que institui

a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária (PLS 260/07).

Também foi proposto um debate sobre produtos transgênicos, após a discussão do projeto que elimina, da legislação atual, exigências de rótulos de produtos animais trazerem especificidades sobre as rações animais, caso contenham ingredientes transgênicos (PDS 90/07).

Aprovada nova regra para regulamentação de lâmpadas

O Senado aprovou na quarta-feira o projeto de lei (PLC 75/04) que amplia para todos os tipos de lâmpadas – e não apenas às incandescentes – a obrigatoriedade legal da impressão nas embalagens de advertência ao consumidor sobre sua luminosidade, a durabilidade em horas e as sequências para essas propriedades do produto caso seja utilizado em tensões elétricas diferentes da especificada. O projeto seguiu para a sanção presidencial.

O autor da proposta original, o então deputado Luciano Zica (PT-SP), observou que, enquanto o projeto tramitava, diversos tipos de lâmpadas foram colocados no mercado e a legislação atual (Lei 10.334/01) não se estende a esses novos modelos, que são sensíveis à diferença de tensão.

Comissão de Mudanças Climáticas tem novos nomes

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas escolheu o deputado Colbert Martins (PMDB-BA) como relator e a deputada Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) como vice-presidente. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), presidente do colegiado, ressaltou a importância do trabalho a ser desenvolvido por seus integrantes, já que o tema suscita intensos debates e o mundo todo está preocupado e voltado para a questão. Além da Comissão de Orçamento. Esta é a segunda comissão mista permanente criada pelo Congresso (a outra é a de Orçamento). Colbert Martins convidou o deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) para auxiliá-lo como adjunto na relatoria. Ideli Salvatti informou que nesta terça-feira será elaborado e discutido o plano de trabalho da comissão.

CRA vai discutir financiamento público da próxima safra agrícola

O financiamento público da próxima safra agrícola será debatido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com representantes do Banco do Brasil, do Banco Central e de organização de agricultores familiares. Também será convidado para a reunião o economista Guilherme Dias, professor da Universidade de São Paulo (USP). O debate visa esclarecer informação prestada pelo presidente da CRA, se-

nador Valter Pereira (PMDB-MS), sobre reportagem do Canal Rural dando conta de que o BB poderá antecipar linha de financiamento para compra de insumos.

A CRA também decidiu realizar audiência pública para discutir o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e outra para tratar de medidas necessárias à redução da dependência externa de insumos agrícolas.

Planejamento familiar deverá ser coberto por planos de saúde

Os planos e seguros privados de assistência à saúde deverão cobrir o atendimento nos casos de planejamento familiar, conforme estabelece projeto de lei da Câmara (PLC 1/06) aprovado na quarta-feira e enviado à sanção.

O projeto, do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS), havia sido aprovado em março de 2007 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT). A senadora ressalta que a inicia-

tiva tem o mérito de garantir às mulheres seguradas o acesso a métodos contraceptivos eficazes e seguros que nem sempre são ofertados pelos serviços públicos de saúde.

Ao citar estudo da Unicamp, Serys disse que 40% das mulheres foram submetidas a laqueadura e 20% usam pílulas anticoncepcionais, sendo que apenas 0,9% dos homens fizeram vasectomia e 1,8% fazem uso da camisinha.

INFORMAÇÕES LEGÍVEIS

O número do lote e as datas de fabricação e de validade nas cartelas e caixas de medicamentos devem ser impressos de forma legível. As determinações constam de projeto (PLS 259/08) aprovado pela CAS para facilitar a identificação correta pelos consumidores e dificultar a venda de medicamentos com validade vencida. Segundo o autor da proposta, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), as exigências de clareza nas informações abrangerão também os produtos importados e vendidos no país.

COR E RAÇA

A obrigatoriedade de inclusão do quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 79/06), foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na terça-feira. – Distinguir o critério de cor e raça facilita a aplicação das políticas de inclusão social – disse o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), ao frisar ainda que a medida não interfere na autonomia das instituições escolares.

APROVEITAMENTO DE MATÉRIAS

O projeto de lei da Câmara (PLC 118/05) que permite o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de Filosofia ou Teologia foi aprovado pelo Plenário nos termos do texto da Comissão de Educação (CE), da relatora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Os formados em cursos de Filosofia e Teologia, com duração mínima de dois anos, realizados em seminários, podem ter seus estudos aproveitados total ou parcialmente em cursos de graduação correspondentes, a juízo de banca examinadora especial.

ambiente legal

Obama quer 1 milhão de carros elétricos até 2015

O presidente Barack Obama anunciou investimento de US\$ 2,4 bilhões para colocar 1 milhão de carros elétricos nas ruas dos Estados Unidos até 2015. Desse total, US\$ 1,5 bilhão será utilizado para subsidiar a produção das baterias dos veículos. Será concedido crédito de US\$ 7.500 para os americanos que decidirem adquirir um carro elétrico.

O exemplo de Amsterdã

Já as autoridades de Amsterdã, na Holanda, esperam que até 2040 quase todos os seus carros, vans e motocicletas sejam movidos a eletricidade. Por isso, acabam de anunciar a intenção de construir 200 postos de carregamento de baterias. “O transporte elétrico não libera substâncias nocivas, é bom para a qualidade do ar e o clima”, disse Marijke Vos, secretário municipal de Meio Ambiente.

O risco de comer carne em excesso

O consumo exagerado de carnes vermelhas e processadas aumenta o risco de morte em decorrência de problemas cardíacos, câncer, Alzheimer, úlceras estomacais e outras doenças. Pesquisadores do Instituto Nacional do Câncer dos EUA – que monitoraram mais de 500 mil pessoas com idades entre 50 e 71 anos durante uma década – concluíram que 11% das mortes entre os homens e 16% entre as mulheres poderiam ter sido evitadas se as pessoas reduzissem a ingestão de carnes vermelhas e processadas.

Dentes sujos podem causar até infarto

Uma pesquisa do Ministério da Saúde revelou que 58% dos brasileiros não escovam os dentes de forma correta. A falta de cuidado com a higiene bucal pode causar, além de problemas de gengiva e perda dos dentes, doenças graves como pneumonia e até infarto, segundo a pesquisa. Em 24 horas sem escovar os dentes, as bactérias se multiplicam 250 vezes, sem sintomas.

Está faltando informação

Segundo o Ministério da Saúde, mais da metade dos brasileiros só escovam os dentes de vez em quando, de maneira errada, ou nem têm escova. Afetados pela pobreza e falta de informação, os adultos não ensinam às crianças o hábito da escovação. O Ministério da Saúde prometeu distribuir este ano 40 milhões de escovas e pastas de dente a alunos de escolas públicas e pacientes do Programa Saúde Bucal.

debates

Gerenciamento de ciência e tecnologia

A situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no país serão tema de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Segundo o presidente da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recente acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) impôs graves restrições ao funcionamento das fundações de amparo à pesquisa e às suas relações com as instituições universitárias, além de criar problemas para o gerenciamento dos projetos de pesquisa em todo o sistema público brasileiro.

Magno Malta discute acordo com Microsoft

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), encontrou-se com a vice-presidente corporativa da Microsoft, Pamela Passman, e com diretores da companhia no Brasil e na América Latina para discutir a assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC), a exemplo do que foi firmado com o Google em 2008.

A companhia está preparada para formalizar o acordo, disse Malta, que propôs aos executivos da Microsoft a criação de um fórum único para combater o abuso de crianças por meio da internet.

Críticas à pirataria intelectual no Brasil em audiência na CCT

As empresas de *software* e de inovação tecnológica com negócios no Brasil estão preocupadas com a extensão que a pirataria intelectual adquiriu no país, nestes últimos anos, e estão engajados na elaboração de leis mais eficazes e abrangentes para combater esse ilícito, informou o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele recebeu na quinta-feira os representantes do setor.

– A tecnologia avança na velocidade da luz enquanto as leis tramitam na velocidade dos veículos automotores. Quere-

mos que os brasileiros exportem conhecimento e não talento, como acontece quando há fuga de cérebros, que procuram melhores condições de estudo e trabalho – disse.

Representantes de empresas como Apple Computer, Microsoft, Sybase, Rosetta Store e Bentley Systems solicitaram nomes e endereços de autoridades do governo que poderiam contatar para ter informações sobre novas medidas de combate à pirataria de software e de inovação tecnológica que possam estar em fase de estudo ou implantação.



Paulo Vannuchi (E) e Demostenes na CCIJ: os dois lados possuem argumentos consistentes para requerer guarda, diz ministro

Vannuchi aponta saída para caso Sean Goldman

Para ministro, solução intermediária seria convivência da criança com família brasileira e pai biológico. Senadores criticam uso da imagem do menino

O ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, afirmou que o caso do menino Sean Ribeiro Goldman – brasileiro, cuja mãe morreu ano passado e o pai, norte-americano, requer agora na Justiça sua guarda e extradição – é o caso mais difícil que já acompanhou à frente da secretaria. Vannuchi recomendou, em audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que o processo caminhe para

uma solução intermediária, em que a família brasileira e o pai biológico possam conviver com a criança.

Para o ministro, o caso é dramático, já que as duas partes envolvidas, a família brasileira e o pai biológico, possuem argumentos consistentes para requerer a guarda da criança. Vannuchi contou que a disputa foi iniciada e interrompida ainda em 2004, quando a mãe veio para o Brasil com a criança, e o pai contratou um advogado particular.

Os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e José Agripino (DEM-RN) condenaram a atitude do pai, de criar um *site*, utilizando a imagem da criança para vender *bottons*, canecas e camisetas para angariar fundos. Vannuchi também considerou inadequada a atitude do pai.

Marcelo Crivella (PRB-RJ), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Patrícia Saboya (PDT-CE) recomendaram que a criança ficasse no Brasil por já estar fibriada com a família brasileira.

agora é lei

Nova autarquia vai cuidar dos museus brasileiros

Entrou em vigor a Lei 11.906/09, que reorganiza o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura, que funcionará em Brasília para atuar no aperfeiçoamento da normatização dos museus, na fiscalização e no incentivo à preservação do patrimônio museológico. A implantação do Ibram demandará, para este ano, R\$ 24,35 milhões. Os 25 museus que ficarão ligados ao novo instituto deverão elaborar e implementar um plano museológico, que funcionará como ferramenta de planejamento estratégico de políticas públicas para o setor.

A lei inclui entre os princípios fundamentais dos museus a valorização da dignidade

humana, a promoção da cidadania e a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Os museus poderão ainda estimular a constituição de associações de amigos, como forma de atrair a colaboração da sociedade. E serão obrigados a garantir a conservação e a segurança de seus acervos.

Entre as instituições que passam a integrar o Ibram estão o Museu Casa Benjamim Constant; Museu da Abolição; Museu da Inconfidência; Museu da República; Museu das Bandeiras; Museu das Missões; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu do Ouro/Casa de Borba Gato; Museu Histórico Nacional; Museu Nacional de Belas Artes; Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya; Museu Regional de São João Del Rey; Museu Victor Meirelles; e Museu Villa-Lobos.

Projeto de Clodovil vai à sanção presidencial

O projeto do deputado federal Clodovil Hernandes, falecido em 17 de março, que autoriza enteados a adotarem o sobrenome dos pais adotivos foi aprovado pelo Plenário do Senado e enviado à sanção presidencial.

Os enteados deverão pedir o registro a um juiz, e deve haver concordância do padrasto ou da madrasta.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou

que Clodovil era filho adotivo, e a aprovação do projeto (PLC 115/07) foi uma forma de homenageá-lo.

Quando apresentou o projeto, Clodovil argumentou que a mudança na Lei de Registro Público (Lei 6.015/73) beneficiaria pessoas que criam os filhos de seus companheiros como se fossem os seus próprios.

O projeto autoriza apenas a inclusão do nome de família, não permitindo a retirada do sobrenome do próprio pai.

HOMENAGENS

Foram aprovados projetos que instituem o Dia do Vaqueiro Nordestino (PLC 69/08), no terceiro domingo de julho; o Dia Nacional da Bossa Nova (PLC 96/07), 25 de janeiro; e o Dia Nacional do Caminhoneiro (PLC 34/08), 16 de setembro.

Aposentadoria especial para oficiais de justiça

Com relação ao debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), sobre proposta de concessão de aposentadoria especial para os oficiais de justiça, o senador Paulo Paim (PT-AC) informou aos mais de 400 profissionais da categoria presentes à reunião sobre audiência com o presidente do Senado, José Sarney, para pedir seu apoio à votação do PLS

68/03-Complementar, que trata da questão.

A previsão de aposentadoria especial está contida em emenda de Paim ao projeto complementar. Essa proposição trata de aposentadoria especial para servidores públicos portadores de deficiência e para aqueles cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade

física.

O presidente da Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), Paulo Sérgio Costa, citou inúmeros casos de violência praticados contra oficiais de justiça no exercício de suas atividades em diversos estados do país nos últimos anos. Ele defendeu ainda o porte de armas, conforme o PLC 30/07.

questão indígena

STF muda processo de demarcação de terras

O julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do mérito das ações contra a demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, lança novos parâmetros sobre a questão indígena. O STF impôs 19 condições para os futuros processos demarcatórios, ainda não previstas em lei, como permissão para exploração mineral das áreas, a entrada do Exército e da Polícia Federal nas reservas e o veto à ampliação daquelas terras, depois de aprovadas. Saiba as razões do conflito e veja como a decisão afeta a demarcação de todas as reservas indígenas.

PEC transfere decisão para o Senado e limita área destinada a reservas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa duas propostas de emenda constitucional para alterar o processo de demarcação de terras indígenas. A PEC 38/99, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), transfere para o Senado o poder de homologar as reservas indígenas, hoje privativo do presidente da República. A proposta também limita em 30% a proporção que as reservas ambientais e indígenas, somadas, podem ocupar em relação ao total

da área de cada estado. Hoje não há limite definido em lei para o tamanho das reservas.

Já a PEC 3/04, do ex-senador Juvêncio da Fonseca, permite que o governo desapropriar terras para demarcação de reserva indígena, já que a Constituição prevê apenas a indenização das benfeitorias feitas de boa-fé nas terras que interessam à demarcação.

Valter Pereira (PMDB-MS), relator das duas propostas, afirmou ao **Jornal do Senado** que é favorável à mudança na Constituição. Ele concorda com a afirmativa do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, de que não se pode delegar exclusivamente à Funai e ao Executivo a decisão quanto à demarcação de reservas indígenas.

– Hoje o processo é muito unilateral, muito faccioso. A Funai deve fazer a parte administrativa, mas caberá ao Senado, na condição de Casa da Federação, a decisão final. A sentença do STF sinalizou que a legislação atual é insuficiente – declarou o senador.



Mozarildo dá ao Senado o poder de homologar as reservas indígenas, hoje privativo do presidente da República

Kayabis ganharam terra onde nunca viveram, afirma Jayme Campos

Jayme Campos (DEM-MT) pediu ao ministro da Justiça, Tarso Genro, informações a respeito da demarcação da terra indígena dos kayabis, que totaliza uma superfície de 1,053 milhão de hectares em um perímetro de 723 quilômetros em Mato Grosso.

A terra foi declarada por portaria do ministério, de 2002, de posse permanente dos grupos indígenas kayabis, mundukurus e apiakás. Segundo ele, diversos procedimentos administrativos

do processo de demarcação foram simplesmente ignorados ou mesmo contrariados.

– Ao ampliar os limites da reserva, a portaria declara de posse permanente, para um grupo de 69 índios que ocupam uma área de 117,25 hectares, uma área imensamente maior, de 1,053 milhão de hectares, que na verdade nunca foi por eles habitada de forma permanente, em tempo algum – observou o parlamentar mato-grossense.



Índios acompanham sessão do STF que decidiu sobre demarcação da reserva de 1,7 milhão de hectares. Em Roraima, vilas como Socó, Mutum e Água Fria serão removidas, pois estão dentro das áreas agora pertencentes à Raposa Serra do Sol

Delcidio diz que portarias da Funai descumprem acordo

Ao elogiar a decisão do STF, o senador Delcidio Amaral (PT-MS) criticou a Fundação Nacional do Índio (Funai) por haver editado portarias reservando, para a formação de reservas indígenas, grandes áreas de terras férteis, onde atualmente se desenvolvem importantes atividades agropecuárias, na fronteira de seu estado com o Paraguai.

Segundo Delcidio Amaral, a Funai teria descumprido acordo firmado com parlamentares federais e estaduais de Mato Grosso do Sul, com o governador e com representantes do agronegócio, estabelecendo condições para a demarcação de reservas indígenas, as quais teriam sido inclusive adotadas posteriormente pelo STF em sua decisão sobre a reserva Raposa Serra do Sol.

Muito dos tópicos combinados [no acordo] estavam absolutamente alinhados com a futura decisão do STF. Eu não estou aqui para defender A ou B; eu estou aqui para defender o bom senso, a coerência e um acordo que foi feito. Como conheço muito bem o meu estado, sei que temos que administrar, à luz

Para Valter Pereira, decisão sepulta ambições da Funai

Para o senador Valter Pereira (PMDB-MS), a decisão do Supremo não afasta os riscos à segurança da fronteira norte, mas compromete consideravelmente as ambições da Funai e de organizações não governamentais (ONGs) na região. Ele lembrou que o STF impôs 19 condições a respeito da demarcação da área de 1,7 milhão de hectares, ocupada por aproximadamente 18 mil habitantes.

– A decisão deixou claro que deve haver limites à maneira como a Funai conduz o processo de demarcação e não deixou de reconhecer que as concessões [da autarquia] produziam riscos. O caso da Raposa alerta para a exploração dos recursos [para demarcação de reservas], sob o risco de termos complicações grandes – alertou.

O senador apontou como um dos avanços na decisão do STF o entendimento dos ministros de que a terra dos índios pertence à União, tornando, por isso, possível a exploração dos recursos minerais nela presentes. Outra melhoria introduzida pela corte, destacou Delcidio, é o livre acesso do Exército e da Polícia Federal a essas áreas, o que não ocorria antes, assim como a decisão de impedir a ampliação das áreas de reservas após demarcadas.

– A Funai defendia não apenas uma demarcação contínua, mas também o estabelecimento de áreas onde nem mesmo o Estado brasileiro poderia se fazer presente, onde as Forças Armadas e a Polícia Federal teriam que pedir permissão para entrar – frisou.

Roraima contesta a cessão da área desde 1999

1998

O Ministério da Justiça declara ser dos índios a posse da terra indígena Raposa Serra do Sol. Funai e Incri iniciam o levantamento das benfeitorias realizadas pelos não índios.

1999

O estado de Roraima contesta judicialmente a demarcação e o Ministério Público Federal pede ao STF que se declare competente para julgar as ações dos fazendeiros contra a demarcação.

2005

Por meio de decreto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologa a demarcação da reserva, de forma contínua, e o STF extingue todas as ações que a contestavam.

2006

O Supremo mantém, por unanimidade, o decreto sobre a demarcação.

2007

A corte determina a saída dos não índios, mas, no fim do ano, os rizicultores pedem ao Ministério da Justiça que espere a colheita da safra. Eles acabam não saindo depois da colheita e o Incri começa o reassentamento de 180 famílias de não índios.

2008

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, recomenda ao presidente da República e ao ministro da Justiça a imediata retirada dos não índios.

A Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança são chamadas para ajudar na retirada dos produtores de arroz e pecuaristas, que são apoiados pela maioria da população não índia e por parte dos índios, organizados na Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), que se contrapõem aos indígenas do Conselho Indígena de Roraima.

A pedido do governador de Roraima, o STF suspende qualquer operação de retirada, até o julgamento do mérito das principais ações. A PF permanece na área.

20/3/09

Na decisão de mérito, o Supremo Tribunal Federal decreta a legalidade da reserva e sua demarcação de forma contínua, e ordena a saída dos não índios, com várias ressalvas.



Saiba como é o processo de demarcação

O Brasil tem atualmente **653 terras indígenas reconhecidas**, que ocupam **12,5% do território nacional** e abrigam **227 povos** formados por cerca de **480 mil pessoas**. A maior parte dessas áreas está nos nove estados da Amazônia Legal: Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre e Amazonas.

As leis que normatizam a questão são a Constituição, o Estatuto do Índio (**Lei 6.001/73**) e o **Decreto 1.775/96**. O texto constitucional (**artigo 231**) garante aos

índios os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las.

O Estatuto do Índio detalha a política indigenista do país, tratando da situação do índio, da assistência do Estado e demais questões civis e criminais envolvendo indígenas.

Já o Decreto **1.775/96** regula o processo demarcatório das terras indígenas, atribuindo ao "órgão federal de assistência ao índio" (hoje, a Funai) a responsabilidade de iniciar o processo de demarcação. **Veja as fases:**



Para o STF, direitos de usufruto dos indígenas são relativos

Aproveitando o julgamento da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, o STF definiu os seguintes critérios para todos os processos demarcatórios no país:

1

O direito dos indígenas ao uso das riquezas existentes nas reservas é relativo e pode ser suplantado se houver "relevante interesse público da União".

2

Os indígenas não podem:

- Aproveitar os recursos hídricos e energéticos, ou pesquisar as riquezas naturais sem autorização do Congresso
- Abrir garimpos sem permissão
- Negociar as terras ou abrir mão da sua posse ou usufruto.

3

Na reserva indígena, não dependem de autorização dos índios ou da Funai:

- O trânsito das Forças Armadas e da Polícia Federal e as ações de defesa nacional, como a instalação de bases, unidades e postos militares; a construção de estradas e ferrovias estratégicas; a exploração energética e o resguardo das riquezas estratégicas
- A instalação pela União de equipamentos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte; e de construções para a prestação de serviços públicos, especialmente de saúde e educação.

4

A área indígena que for ao mesmo tempo reserva ambiental fica sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que responderá pela administração e visitas à área.

5

O ingresso, o trânsito e a permanência de não índios na terra indígena devem obedecer às condições estabelecidas pela Funai e, assim como o uso de quaisquer equipamentos e serviços públicos existentes na reserva, não podem ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas por parte dos índios.

6

É proibida aos não índios, nas terras indígenas, a prática da caça, pesca ou coleta de frutas, assim como a atividade agropecuária extrativa.

7

Os bens e a renda indígena gozam de plena isenção de impostos.

8

É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada.

9

Os direitos dos índios sobre as terras não têm validade, são imprescritíveis.

10

União, estados e municípios devem ser ouvidos em todas as etapas da demarcação.

1

A Funai contrata antropólogo para fazer estudo de identificação e coordenar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, e levantamento fundiário;

2

Aprovado o relatório dos estudos, a Funai publica um resumo no *Diário Oficial da União* e no *Diário Oficial* do estado onde se localiza a área a ser demarcada;

3

Desde o início dos estudos até 90 dias após a publicação do relatório, os estados e municípios e demais interessados podem manifestar-se junto à Funai, única instância decisória na questão;

4

A Funai encaminha o processo ao ministro da Justiça 150 dias depois de publicado o relatório;

5

Em até 30 dias, o ministro deve decidir, à luz da Constituição;

6

Aprovado, o ministro encaminha o ato para o presidente da República;

7

Decretada a homologação, a Funai tem 30 dias para registrar a reserva em cartório e na Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda.

Raposa Serra do Sol abriga uma população de 20 mil índios

Raposa Serra do Sol é o nome de uma reserva indígena com 1,67 milhão de hectares e 1.000 km de perímetro localizada no nordeste do estado de Roraima. A reserva é formada por cadeias de montanhas ao norte (Serra do Sol) e imensas planícies ao sul (Raposa), semelhantes às das regiões de cerrado. A área é rica em metais estratégicos como nióbio, ouro, urânio, estanho e cobre, além de diamantes, e possivelmente petróleo, em razão da proximidade com a Bacia do Takutu.

Na reserva vivem cerca de 20 mil índios, em quase 200 aldeias, mais da metade deles macuxis, tribo que é subgrupo dos pemons, habitantes da fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. Entre os grupos menores estão os uapixanas, ingari-cós, taurepangues e patamonas.

Além da diversidade étnica, o grau de aculturação também varia desde os mais aculturados, como os que moram na região de Vila Pereira ou Surumu, até os indígenas que mantêm apenas contatos esporádicos com servidores da Funai, missionários, militares e garimpeiros.

A área é rica em minerais como nióbio, ouro, urânio, cobre e diamante

Nas terras da Raposa Serra do Sol vivem também pecuaristas e planejadores de arroz. Muitos chegaram à região no início da década de 1970 e compraram as

terras de antigos fazendeiros, que detinham títulos de propriedade reconhecidos pelo Estado. Outros ocuparam terras já declaradas indígenas, a partir de 1998. Eles produzem hoje cerca de 160 mil toneladas de arroz por ano em uma área de aproximadamente 100 mil hectares, na borda sul da reserva, às margens do rio Surumu.

Os argumentos contra e a favor da demarcação

Contra

➔ O Estado está privilegiando de maneira absoluta os interesses dos indígenas, prejudicando outros cidadãos e outros interesses legítimos, como o do desenvolvimento do país.

➔ A demarcação de forma contínua compromete a soberania e a segurança nacionais, em razão da extensa região de fronteira a ser destinada ao uso exclusivo dos índios.

A favor

➔ A Constituição garante aos indígenas a posse da terra que "tradicionalmente ocupam".

➔ A diversidade étnica e cultural dos índios e suas extensas migrações exigem a demarcação da área de forma contínua e na dimensão definida pela Funai.



Ministério quer mais recursos privados na cultura

Segundo o governo, modelo atual não leva a investimentos em novos artistas, já que empresas preferem fazer *marketing* para parcela mais rica, do Sul e Sudeste

Responsável por R\$ 21,6 bilhões em investimentos na cultura nacional nos últimos dez anos, a Lei Rouanet, em vigor desde 1991, vai mudar. Segundo o governo, para melhor. Para muitos representantes da classe artística e do setor de produção cultural, nem tanto. Em discussão está o modelo de estímulo estatal e privado à cultura, que hoje, apesar dos incentivos fiscais previstos, se mostra muito desequilibrado: para cada R\$ 10 investidos, R\$ 9 são recursos públicos.

Pela Lei Rouanet, as empresas podem investir em cultura parte do que devem em impostos. Esse mecanismo responde por 73% do financiamento da cultura. Apenas 12% provém do Fundo Nacional de Cultura e 8% de outros mecanismos. Outro recurso da lei, o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) – idealizado para que empresas lucrem com iniciativas culturais – não saiu do papel.

O anteprojeto do Executivo para a nova Lei de Incentivo à Cultura entrou em consulta pública na terça-feira passada, véspera da visita ao Senado do ministro Juca Ferreira, que o debateu com os senadores na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Pelos próximos 45 dias, o projeto ficará à disposição no site da Casa Civil. Ao final do prazo, os ministérios da Cultura, da Fazenda e do Planejamento, e a Casa Civil vão estudar quais sugestões serão acrescentadas ao texto, que será enviado ao Congresso.

Ferreira criticou o atual modelo, por colocar o fomento à cultura “nas mãos do setor privado”, que não teria interesse em novas experiências ou em revelar novos artistas.

– Esse modelo não se presta à política pública. As empresas buscam retorno e dão prioridade a artistas consagrados, principalmente nas regiões Sul e Sudeste – disse Ferreira, que espera, até 2012, que 50% do financiamento da cultura seja feito por renúncia fiscal e 50% pelo fundo.

Quem desejar o patrocínio, diz a proposta, não precisará mais recorrer às empresas via renúncia fiscal da Lei Rouanet: poderá virar “sócio” do ministério ou realizar seu projeto por meio de uma parceria público-privada.

Empregados poderão receber Vale Cultura para frequentar espetáculos

O projeto cria um Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Profic), que substitui o atual Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Dentro do Profic permanecerão os três mecanismos já existentes – FNC, renúncia fiscal e Ficart – somados ao Vale Cultura, um tíquete de descontos em eventos e estabelecimentos culturais que as empresas poderão distribuir aos empregados.

O FNC seria dividido em cinco novos fundos setoriais, além do já criado Fundo do Audiovisual: das Artes (para teatro, circo, dança, artes visuais e música); da Memória e Patrimônio Cultural Brasileiro; do Livro e Lettura; da Cidadania, Identidade e Diversidade Cultural; e o Fundo Global de Igualização, para projetos fora dessas áreas ou que envolvam mais de uma área.

Cada fundo teria seu comitê gestor, com cadeiras para o governo, o setor cultural e a sociedade. Há quem veja “dirigismo cultural” do governo, já que caberia aos comitês gestores, e não aos patrocinadores, escolherem os projetos patrocinados e quanto cada um receberia.

O projeto cria novas fontes de receita para o FNC, além das já existentes (como recursos diretos do governo, doações, 3% da arrecadação de loterias federais, entre outros). Os “lucros” obtidos pelo MinC em projetos anteriores e recursos da Loteria Federal da Cultura, há anos em discussão mas ainda longe de consenso.

As atuais faixas de dedução de imposto de Renda (30% e 100% do valor patrocinado) seriam acrescentadas as faixas de 60%, 70%, 80% e 90%. Pela proposta, não caberia ao patrocinador, mas a um Conselho Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, vinculado ao ministério, a classificação dos projetos nas faixas de dedução. Outra novidade é a possibilidade de o MinC contratar peritos de fora do ministério para análise dos projetos apoiados.

Consulte o projeto em discussão pública pela internet planalto.gov.br/ccivil_03/consulta_publica/consulta.htm

MÁRCIA VALLINHE



Segundo ministro da Cultura (E, ao lado de Flávio Arns), Juca Ferreira, hoje a maior parte dos recursos vai para grandes produções, como o filme *Se eu fosse você 2* (foto do meio), em detrimento de áreas como a música erudita (acima)

DIVULGAÇÃO/GLOBÓ FILMES



ULIANA COUTINHO



O que é a Lei Rouanet?

É o nome (em referência ao então ministro da Cultura Sérgio Paulo Rouanet) pelo qual ficou usualmente conhecida a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Ela canaliza recursos para

o desenvolvimento do setor cultural, com a finalidade de: estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais (CDs, DVDs, espetáculos musicais, teatrais, dança, filmes e outras produções de área audiovisual, exposições, livros

nas áreas de Ciências Humanas, artes, jornais, revistas, cursos e oficinas na área cultural etc.); proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico; estimular a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional e étnico-cultural, entre outras.

Como funciona o Pronac?

A Lei 8.313/91 prevê os seguintes mecanismos de apoio para implementação do Programa Nacional de Apoio à Cultura

Fundo Nacional de Cultura (FNC)

Com os recursos do fundo, o MinC realiza ações como concessão de prêmios ou intercâmbios culturais e outros programas, além de dar apoio para propostas que não se enquadram em programas específicos, mas que têm relevância e afinidade com as políticas públicas.

Incentivos fiscais

Projetos que não se enquadram nos programas do MinC e nas políticas públicas para o setor, mas que têm consistência e relevância para competir

no mercado, podem buscar apoio junto a pessoas físicas ou jurídicas, que por sua vez terão benefícios fiscais sobre o valor incentivado.

Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart)

O mecanismo nunca chegou a ser utilizado e não está incluído na nova proposta. Consistia na formação de “condomínios”, sem personalidade jurídica, que investiriam em projetos culturais de cunho comercial, com participação nos eventuais lucros. Tais rendimentos seriam isentos de imposto, desde que atendidos todos os requisitos previstos na lei.

Incentivo cultural – Recursos e projetos (em R\$ milhões)

Área	2004		2006		2008	
	\$	Projetos	\$	Projetos	\$	Projetos
Artes cênicas	100,5	426	175,9	597	136,3	538
Artes integradas	50,6	141	97,4	261	132,1	276
Artes visuais	43,9	155	81,9	243	62,7	184
Audiovisual	49,7	209	102,8	382	107,5	414
Humanidades	81,4	471	93,4	551	88,5	564
Música	91,1	434	151,2	604	182,1	550
Patrimônio cultural	92,4	204	141,2	273	95,1	218
Total geral	510,1	2.040	844,2	2.911	804,7	2.744

Incentivadores por ano e tipo de pessoa

Tipo	2004	2006	2008
Física	3.594	11.869	1.825
Jurídica	1.780	2.306	2.069
Total geral	5.374	14.175	3.894

Quem mais investiu (2008)

Posição	Empresa	Valor (em milhões R\$)
1	Petrobras	137,7
2	Vale	28,2
3	Banco do Brasil	24,8
4	Banco Bradesco	19,5
5	Eletrobrás	18,8
6	Telesp	13,9
7	Bradesco Vida e Previdência	12,3
8	BNDES	11,7
9	Cosipa	9,8
10	Cemig Distribuição	9,6
11	Usiminas	8,6
12	Visanet	8,5
13	Gerdau Aços Longos	8,3
14	CSN	7,9
15	Cemig Geração e Transmissão	7,7

Blog expande debate para todo o país

O Ministério da Cultura criou um blog em sua página na internet para debater a proposta de mudança da Lei Rouanet. Além de muitos elogios e palavras de incentivo, quem participa no blog também deixa críticas ao projeto e acusações ao governo. Veja abaixo algumas delas, com a resposta do MinC.

Empresas

“O diagnóstico mostra que o mecenato cumpre 100% dos objetivos. Mas parece que o MinC está fazendo uma campanha difamatória. A lei foi desenhada para se trabalhar com o marketing das empresas.” Odilon Wagner, ator (SP)

Visão do MinC: Não é função do Estado subsidiar o marketing institucional das empresas. A lei incentiva o investimento privado em cultura. Mas deve haver uma contrapartida privada. Caso contrário, o incentivo público não se justifica.

Dirigismo

“Ao que tudo indica, voltamos ao dirigismo cultural que existia antigamente. O governo deve criar mecanismos de incentivo direto para casos específicos. Se o Brasil tem essa discrepância cultural não é papel da Lei Rouanet corrigir essas distorções.” Cláudio Fontana, ator (RJ)

Visão do MinC: A função do Estado é prover o fomento à produção cultural em todas as regiões e em todas as linguagens. A blindagem contra o “dirigismo cultural” está garantida, independentemente de quem for o ministro, com os conselhos paritários gerindo fundos e renúncia.

Lentidão

“Acho lamentável pensar em mudanças na Lei Rouanet quando o problema está na maneira como ela funciona. Funciona mal porque não há organização e há lentidão na análise dos projetos.” Emílio Kalil, produtor cultural (SP)

Visão do MinC: A nova lei prevê a contratação de pareceristas externos para a análise de projetos, o que dará mais agilidade, qualidade e autonomia. Mas, atualmente, o novo sistema eletrônico para cadastro de projetos, SaicWeb, já permitiu a aprovação de projetos em menos de 60 dias.

Fonte: blog da Nova Lei Rouanet/Ministério da Cultura

Senado lança calendário cultural para 2009

O senador Marco Maciel (DEM-PE) anunciou a programação cultural do Senado Federal para 2009. A série de eventos destinados a impulsionar as manifestações culturais brasileiras inclui exposição sobre a escritora Clarice Lispector, homenagem aos 180 anos de nascimento do escritor José de Alencar, lançamento de obras raras como *Espumas flutuantes*, de Castro Alves, *show* com repertório de Luiz Gonzaga e painel sobre a Inconfidência Mineira.

– Pretendemos que se amplie a interlocução do Senado com a sociedade, valorizar o papel do Parlamento – destacou o senador.

O programa, sujeito a mudan-

ças, terá parcerias do Senado com a Academia Brasileira de Letras (ABL), Memorial da América Latina, Museu da Língua Portuguesa, Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio (Sesc-DF), presidido pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF), Eletrobrás, Aliança Francesa e Biblioteca José Mindlin.

O bibliófilo José Mindlin é um dos principais parceiros da programação e já ofereceu, para publicação, os originais de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, e de *Rio de Janeiro pitoresco*, de Louis Buvelot e Auguste Moreau.

“O território da cultura é tão importante que não se consegue

abarcar o seu limite. Não podemos deixar de celebrar eventos que visem valorizar a arte, a cultura e outras manifestações”, afirmou Maciel, que preside a Comissão Senado Cultural. O senador Demostenes Torres (DEM-GO) também coordenou a organização do programa.

O Museu da Língua Portuguesa auxiliará em três exposições: *Clarice Lispector – A hora da estrela*, *Gilberto Freyre – Interpretar o Brasil* e uma terceira sobre Euclides da Cunha, cujo centenário de nascimento se dará no próximo ano.

Também está previsto o lançamento do *Guia da reforma ortográfica*, elaborado pelo Museu.

Confira as atrações, de abril a dezembro

Mês	Atrações
Abri	<ul style="list-style-type: none"> 8/4 – Biblioteca <ul style="list-style-type: none"> Obras raras: Lançamento de <i>Espumas flutuantes</i>, de Castro Alves 15/4 – Interlegis <ul style="list-style-type: none"> Ciclo de palestras: Joãozinho Trinta Lançamento do livro <i>Trinta carnavais</i>, de Joãozinho Trinta Data a definir – Abertura da exposição <i>Clarice Lispector</i> 28/4 – Plenário <ul style="list-style-type: none"> Sessão especial pelo centenário de dom Helder Câmara Reedição do livro <i>O artesanato da paz – dom Helder Câmara</i>, de R. C. de Barros e Lauro Oliveira Abertura da exposição Pré-estreia do filme – Auditório Petrólio Portela
Maio	<ul style="list-style-type: none"> 6/5 <ul style="list-style-type: none"> Homenagem a Graciliano Ramos: Obras raras: lançamento do original de <i>Vidas secas</i> Lançamento de <i>Cademeta de anotações</i> Video-documentário da TV Senado Exposição das fotos de Evandro Teixeira, da edição comemorativa dos 70 anos de <i>Vidas secas</i> 13/5 <ul style="list-style-type: none"> Homenagem a José de Alencar (180 anos de nascimento) Edição dos textos políticos de José de Alencar 14/5 – Interlegis <ul style="list-style-type: none"> Show em homenagem a Ataulfo Alves (cem anos de nascimento) e Jacob do Bandolim (40 anos de falecimento), com Clube do Choro Lançamento do DVD em homenagem aos 50 anos da bossa nova (gravado ao longo de 2008) 20/5 <ul style="list-style-type: none"> Homenagem à língua portuguesa Homenagem a Aurélio Buarque e Antônio Houaiss Lançamento do <i>Guia da reforma ortográfica</i> 26/5 – Interlegis <ul style="list-style-type: none"> Ciclo de palestras: Dad Squarisi fala sobre ortografia
Junho	<ul style="list-style-type: none"> 2/6 <ul style="list-style-type: none"> Homenagem a Mestre Vitalino de Caruaru Exposição e lançamento de DVD com documentário da TV Senado Exposição de São João Homenagem a Patativa do Assaré Obras raras: <i>Festas nacionais</i>, de Rodrigo Octávio Lançamento da reedição do livro <i>Festas e tradições populares no Brasil</i>, de Mello Moraes 4/6 – Interlegis <ul style="list-style-type: none"> Show em homenagem a Luiz Gonzaga (20 anos de falecimento), com João Cláudio Moreno 23/6 – Comissões/Petrônio Portela Dia Internacional do Esporte – Exposição cedida pelo Comitê Olímpico Brasileiro, audiência pública sessão especial e palestra com atletas olímpicos
Julho	<ul style="list-style-type: none"> 13/7 a 31/7 – Salão Negro <ul style="list-style-type: none"> Exposição <i>Gilberto Freyre</i>
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> 10/8 a 28/8 – Salão Negro <ul style="list-style-type: none"> 5ª Exposição de Artistas Brasileiros 25/8 – Plenário e Cúpula externa do Senado <ul style="list-style-type: none"> Ano da França no Brasil Sessão especial em homenagem aos 50 anos da Aliança Francesa Obras raras: <i>Rio de Janeiro pitoresco</i>, de Louis Buvelot e Auguste Moreau (1842) Ciclo de palestras: “Como ler Proust”, com Pedro Paula Sena Madureira 17/8 – Exposição em homenagem aos 40 anos da Lei de Anistia 20/8 – 120 anos de nascimento de Cora Coralina
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> 1ª quinzena – 220 anos da Inconfidência Mineira: painel com estudiosos do tema e exposição 16/9 – Biblioteca <ul style="list-style-type: none"> Lançamento do <i>Catálogo de obras raras</i> da coleção Luiz Viana Filho 21/9 a 25/9 – Homenagem ao centenário de Carmem Miranda, com <i>show</i> e exposição 6/10 a 19/10 – Exposição de fotografias francesas 13/10 a 16/10 <ul style="list-style-type: none"> Obras raras: <i>A fada menina</i> e <i>Maria Rosa – uma brincadeira de carnaval</i> Homenagem ao Dia da Criança com lançamento em CD da programação da Rádio Senado comandada por crianças Relançamento de livro <i>De como todas as histórias do mundo podem escapar do esquecimento</i>, de Celina Cavalcanti, Eliana Lobo, Emília na Brandão
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> 27/10 a 12/11 <ul style="list-style-type: none"> Exposição sobre Euclides da Cunha Reedição do livro <i>Os sertões</i> 28/10 – Interlegis <ul style="list-style-type: none"> Ciclo de Palestras Senado Cultural: Pedro Paulo Sena Madureira – “Como ler <i>Os sertões</i>”
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> 4/11 – Interlegis <ul style="list-style-type: none"> Homenagem aos 120 anos da Proclamação da República Painel “Brasil Republicano”, com jornalistas e historiadores.
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> 2/12 – Balé do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Homenagem a Claudio Santoro (90 anos de nascimento) e Villa-Lobos (50 anos de morte) 8/12 – Exposição com base na obra <i>Brasil pitoresco</i> (1861), de Charles Ribeyrolles

crise

“Brasil reage bem aos impactos da crise”

Presidente do Banco Central aponta dados positivos para demonstrar que país tem condições melhores que maioria dos emergentes

A recuperação das vendas no varejo, da produção e vendas de veículos, e do valor dos salários nos primeiros meses do ano sinaliza que o país tem reagido positivamente aos impactos da crise financeira mundial, avaliou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em debate no Senado. Segundo ele, isso se deve ao amadurecimento do mercado interno, às reservas internacionais e aos depósitos compulsórios disponíveis, que permitiram que o governo adotasse medidas necessárias à proteção da economia nacional.

– Apesar de enfrentar problemas, o Brasil está hoje em melhores condições que a grande maioria dos países emergentes – afirmou. Meirelles falou aos senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade na quarta-feira.

De acordo com o presidente do Banco Central, a expressiva queda do produto interno bruto (PIB) brasileiro no último trimestre de 2008 deve ser avaliada como uma redução do acelerado crescimento verificado no período anterior – o país registrou 6,8% de crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2008 e 1,3% nos três meses seguintes. Embora a queda reflita problemas enfrentados pela economia real, disse, a manutenção de índices positivos dão tranquilidade para a gestão da crise.

Meirelles apresentou dados que apontam que a venda de veículos, que caiu a 180 mil unidades em dezembro de 2008, chegou a 260 mil unidades em janeiro, próximo ao observado antes da crise (280

mil carros). Movimento semelhante, afirmou, vem ocorrendo nas vendas no varejo, que, em janeiro, cresceram 1,4% em relação ao mês anterior.

Para Meirelles, os dados podem ser explicados pelo fato de o volume de crédito doméstico no país (US\$ 620 bilhões), antes da crise, ser significativamente superior ao montante de crédito externo (US\$ 97 bilhões), reduzindo a exposição do país à turbulência no mercado internacional. Em consequência, disse, a expectativa das taxas de juros continuou declinante, ao contrário do ocorrido em outras crises. Conforme o presidente do BC, a dependência externa do país no passado obrigava a elevação dos juros em momentos de crise na economia global.

A redução da parcela de dívida pública atrelada à variação cambial e o aumento da fatia de débitos prefixados ou atrelados a índices de preços também foram relevantes para a estabilidade da economia. Em consequência, observou, a expectativa de queda de inflação se mantém, mesmo com a crise mundial.

Mesmo com a situação favorável, Meirelles destacou a adoção de medidas para ampliar a liquidez no mercado de crédito, como o aumento de recursos para financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a elevação de aportes no crédito rural.

Ao manifestar preocupação com a perda da capacidade de financiamento dos bancos pequenos e médios, Meirelles informou que o Banco Central estuda mecanismos para dar maior competitividade a esse segmento.



Meirelles (C, ao lado de Tasso Jereissati) ressaltou a vitalidade do mercado interno e o bom volume de reservas

Crise não interferiu na expectativa de baixa da inflação

Para senadores, superação da crise exige juros menores

Os juros precisam cair mais firmemente, disse Aloizio Mercadante (PT-SP), pois a economia norte-americana demora a reagir, o que pode prolongar a retração da economia mundial.

Jefferson Praia (PDT-AM) reforçou a cobrança pela queda dos juros e a redução da diferença entre o que os bancos cobram para captar recursos dos investidores e o que exigem dos tomadores de crédito (*spread*). Para ele, os bancos oficiais devem dar exemplo e reduzir suas taxas.

Meirelles informou que medidas protecionistas dos países mais afetados pela crise serão discutidas na reunião do G-20, em Londres, em abril. Mas, mesmo com a queda dos juros, o Brasil permanece atrativo para os investidores, que levam em conta a confiança na gestão fiscal e na condução da política monetária, disse.

Para Tasso Jereissati (PSDB-CE), a transferência de R\$ 180 bilhões em ganhos cambiais do BC para o Tesouro pode ter sido o meio utilizado pelo governo para capitalizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e socorrer grandes empresas afetadas pela crise.

Meirelles diz que é preciso mudar rendimento da poupança

Henrique Meirelles considera inevitável revisar as regras da poupança, devido à queda dos juros. Como o cálculo da rentabilidade da poupança é atrelado à Taxa Referencial (TR), o investimento está ficando mais atrativo que outras aplicações, por causa da queda na taxa básica de juros (Selic), fixada pelo Conselho de Política Monetária (Copom).

A migração de investidores para a poupança prejudicaria outros investimentos que geram recursos para capital de giro das empresas, crédito pessoal e financiamento de carros. As mudanças na poupança dependem de alterações legislativas.

Para César Borges (PR-BA), a questão do *spread* elevado vem sendo abordada de forma “evasiva” pelas autoridades. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) observou que isso tem grande repercussão sobre o cidadão comum e pequenas e médias empresas. Meirelles disse que a queda do *spread* requer o aumento na competição entre os bancos. Ele sugeriu ainda a adoção do cadastro positivo de bons pagadores, em tramitação na Câmara, que pode ajudar a quebrar a desconfiança dos bancos com relação a novos clientes (*sobre spread, veja mais abaixo*).

Febraban diz que crédito não deve voltar aos níveis dos últimos anos

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa, afirmou aos senadores que o crédito no mundo não voltará aos níveis anteriores à crise financeira por um motivo simples: “Foi exatamente o excesso de crédito fácil que levou à crise. O crédito vai voltar, mas essa situação não se repetirá”. Barbosa não acredita que o Brasil terá crescimento elevado antes de uma retomada da economia norte-americana.

Questionado por mais de duas horas pelos senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, Barbosa apresentou dados para provar que o crédito continua nos mesmos níveis do ano passado, ao contrário do que ocorre nos países ricos. O problema é que grandes empresas brasileiras perderam crédito no exterior e se voltaram ao sistema financeiro nacional, disputando recursos com peque-

nas e médias empresas. Para ele, o crédito está voltando, mas ainda não chegou a todas as áreas.

Vários senadores questionaram os lucros do sistema bancário nos últimos dez anos, contrastando com os elevados *spreads* que cobram.

Depois de lembrar que os bancos alegam que 37,3% do *spread* bancário se devem à inadimplência, Francisco Dornelles (PP-RJ) quis saber em quanto cairiam as taxas de juros se a inadimplência fosse zero. Barbosa não soube precisar, mas disse que nos empréstimos onde há garantia, como no caso de automóveis, a taxa de juros brasileira se aproxima da taxa de países ricos.

Conforme o presidente da Febraban, além da inadimplência, os impostos são responsáveis por 18,3% do custo do dinheiro; os custos administrativos, por 13,5%; a inadimplência, por 37,4%; e o



Fábio Barbosa (D) é observado pelos senadores Francisco Dornelles e Garibaldi Alves (E)

compulsório no Banco Central, por 3,5%. O lucro representa 26,9% do *spread*.

Ele apontou o cadastro positivo de bons pagadores, em discussão no Congresso, como um dos caminhos para se reduzir os juros cobrados. Fábio Barbosa admitiu que a ausência de informações confiáveis contribui para a elevada inadimplência.

Diante dos dados, para Jayme Campos (DEM-MT), banco é o melhor negócio do mundo. Barbosa afirmou que banco que não tem boa lucratividade corre risco de morrer, pois ninguém tem coragem de colocar dinheiro em uma instituição que

não seja lucrativa.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) opinou que há baixa concorrência no sistema bancário, o que contribui para os altos juros cobrados. O senador manifestou ainda que os bancos dão preferência a aplicar em títulos públicos, em vez de emprestar para o setor produtivo. Jereissati foi contestado pelo presidente da Febraban, para quem “banco que tentar viver de título público corre risco”, por causa da baixa dos juros.

Também criticaram os elevados *spreads* os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Tenório (PSDB-AL).

moradia

Plano prevê construção de 1 milhão de casas

Conheça alguns dos principais pontos do programa

- atenderá principalmente famílias com renda de até seis salários mínimos (R\$ 2.790), em municípios com mais de 50 mil habitantes;
- 400 mil unidades irão para a faixa de até três salários mínimos (R\$ 1.395), onde se concentra o maior déficit habitacional do país (90,9% dos 7,2 milhões de moradias); governo estima investir R\$ 16 bilhões;
- a prestação para essa clientela será limitada a até 10% da renda, por dez anos, e valor mínimo de R\$ 50 por mês, cobrada a partir da entrega do imóvel; contará com subsídio integral do governo durante o contrato e isenção do seguro habitacional;
- estados e municípios irão dimensionar a demanda, com prioridade para famílias com portadores de deficiência ou idosos; e o registro do imóvel será feito sem custos cartoriais, preferencialmente em nome da mulher;
- outras 400 mil unidades serão para a faixa entre três e seis salários mínimos (R\$ 2.790), que responde por 6,7% do total do déficit; gasto com subsídio deverá ser de R\$ 10 bilhões;
- o pagamento da prestação, cobrada a partir da entrega do imóvel, só poderá comprometer até 20% da renda; o valor máximo da unidade para essa faixa será de R\$ 130 mil para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que são as localidades com maior subsídio (R\$ 23 mil) para quem ganha três salários; os subsídios variam dependendo do porte da cidade e da renda, diminuindo até R\$ 2 mil para seis mínimos;
- a taxa de juros para esses mutuários será de 5% ao ano para renda até R\$ 2.325 (hoje vale para quem recebe até R\$ 1.875), e de 6% para renda até R\$ 2.790 (atualmente, 8,16% ao ano);
- contarão com redução do custo do seguro habitacional e acesso ao fundo garantidor, a ser criado pelo governo com recursos de R\$ 1 bilhão para bancar prestações não pagas durante o contrato, em caso de desemprego do mutuário; essa garantia varia de 36 prestações para faixa de três a cinco salários mínimos a 12 para oito a dez salários mínimos;
- programa projeta mais 200 mil moradias para faixa de seis a dez mínimos (R\$ 4.650), prestação só poderá comprometer até 20% da renda, com pagamento a partir da entrega do imóvel; estímulo à compra será por meio de redução do seguro habitacional e acesso ao fundo garantidor, para o qual o mutuário terá de ter pago pelo menos seis prestações do contrato; quando desempregado, ele precisará pagar mínimo de 5% da parcela refinanciada;
- haverá vários estímulos para o setor da construção civil, como redução da burocracia e linha de financiamento de R\$ 5 bilhões para infraestrutura, com condições favorecidas;
- estados e municípios precisarão aderir ao programa, assumindo vários compromissos, como doação de terrenos e infraestrutura para o empreendimento, desoneração fiscal e celeridade nas aprovações de projetos, alvarás, autorizações e licenças.



Construção de casas populares em Belém (PA): programa do governo prevê 400 mil unidades para quem tem renda de até três salários mínimos

DAVID ALVES/AG PARÁ

Senado começa a discutir pacote de moradias populares

Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado na semana passada pelo governo, é visto como uma ajuda para enfrentar desemprego e efeitos da crise, mas oposição acusa seu “caráter eleitoreiro”

O Senado recebeu bem o novo programa de construção de 1 milhão de moradias populares lançado pelo governo na última quarta-feira – apesar de o DEM e o PSDB protestarem contra o seu “caráter eleitoreiro”. Voltado sobretudo para famílias com renda até seis salários mínimos, o programa Minha Casa, Minha Vida não deve enfrentar maiores obstáculos para sua aprovação no Congresso, que deve examinar duas medidas provisórias e um projeto de lei.

Essa avaliação inicial do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), começará a ser testada na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o ministro das Cidades, Márcio Fortes, marcada para esta quarta-feira. Fortes vem explicar por que a União não aplicou recursos do Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento (BID) destinados a obras de saneamento básico. Mas também deverá ser questionado pelos senadores sobre o novo plano habitacional.

Indicado para ser um dos três integrantes da Comissão de Infraestrutura (CI) a participar dos debates com o ministro, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) deve sugerir que a CI realize audiência para esclarecer especificamente o plano. Marisa Serrano (PSDB-MS) já pediu a criação de comissão externa para fiscalizar a execução do programa.

Embora não haja discordâncias sobre a ajuda do plano no enfrentamento da crise e do desemprego, as críticas da oposição focam o tamanho da conta que deve ser administrada pelo sucessor do presidente Lula e

a “ineficiência do governo em gerenciar um programa tão amplo”, que promete sair do papel já a partir de 13 de abril.

“O problema é gerencial e de onde vão sair os recursos”, advertiu o líder do DEM, Agripino Maia (RN). Além de subsídios na casa dos R\$ 28 bilhões até 2011, o programa envolve parcerias com os estados e os municípios. A maior parte – R\$ 20,5 bilhões – da subvenção virá dos cofres do Tesouro.

O restante (R\$ 7,5 bilhões) será bancado por recursos do FGTS, que também será a principal fonte para irrigar os financiamentos. Documento do PSDB contesta o custo dos subsídios, que, pelos seus cálculos, poderia atingir R\$ 63,2 bilhões.

O líder do PT, Aloizio Mer-

cadante (SP), informou que a Caixa Econômica Federal vem fechando, em média, 3 mil contratos habitacionais por dia. O senador reconhece que a meta de 1 milhão de moradias é ambiciosa. Mas pondera que só resolve 14% do déficit de 7,2 milhões de unidades do país.

Adelmir Santana (DEM-DF) mostrou que a discussão do pacote suplantará as disputas políticas. “Inicialmente fiquei assustado com a meta e a indefinição dos recursos. Agora, acho factível. Ele atende ao momento que vivemos. O plano vai reativar pequenas empresas da construção civil”, comemorou. César Borges (PR-BA) resumiu a expectativa do que vem pela frente: “É um programa que qualquer partido faria, especialmente nessa situação de crise. Sei das dificuldades para sua implementação. Mas temos que ajudar para que ele dê certo”.

“Temos que ajudar para que o plano dê certo”, diz César Borges

Pacote incentiva uso de aquecimento solar

Uma das inovações do programa do governo é estimular o uso da energia solar para aquecer a água das novas moradias. “É a primeira vez que se faz um grande plano habitacional que incentiva o uso de energias alternativas e renováveis, estimulando a popularização dessa tecnologia”, afirmou Renato Casagrande (PSB-ES).

Casagrande, que preside a Comissão de Meio Ambiente, havia feito essa sugestão à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ele insistiu junto ao governo para que a medida fosse adotada, por reduzir o consumo de energia elétrica e pelo menor custo para as famílias de baixa renda. O aquecimento solar pode substituir o chuveiro

elétrico – um dos vilões do sistema energético, que responde por 30% do consumo de uma residência.

Outra inovação, na avaliação da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), é o estímulo para que as mulheres detenham a titularidade dos imóveis. Até agora apenas os homens eram os titulares dos contratos.



Casagrande insistiu com o governo para que adotasse energia solar no programa

desenvolvimento



J. FREITAS

Ladislau Dowbor (E), Márcio Pochmann, senador Paulo Paim e Carlos Freitas, do TCU, participam de audiência na CAS

Ipea lança, no Senado, novo índice de qualidade

Indicador demonstra que Brasil tem qualidade de desenvolvimento “instável”, mas bem-estar social é muito superior ao observado em 2002

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), economista Márcio Pochmann, lançou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o novo indicador elaborado pela instituição: o Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD), mensal e composto pelo tipo de crescimento econômico, da relação do Brasil com outros países e do bem-estar da sociedade.

Pochmann divulgou o primeiro resultado já apurado, de janeiro, quando o índice obtido foi de 225,4, que corresponde a uma qualidade de desenvolvimento “instável”, revelando falta de convergência entre crescimento econômico, inserção externa e bem-estar social.

O presidente do Ipea destacou

que os resultados do indicador de bem-estar social – construído a partir de dados sobre desemprego, nível de ocupação formal, desigualdade interna na renda do trabalho, taxa de pobreza e mobilidade social – são responsáveis por uma melhor *performance* do IQD este ano, 2,5 vezes maior que em janeiro de 2002.

Segundo o economista Ladislau Dowbor, da PUC de São Paulo, há uma tendência mundial de reorientar os indicadores econômicos, inclusive o produto interno bruto (PIB), inserindo um viés social e ambiental para avaliar seu impacto sobre a qualidade de vida.

Já o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer, protestou contra o que considera “tirania dos números”. Ele entende

que o fundamental não deve ser o número de beneficiários, mas as mudanças que ações geram nas condições de vida da população.

– Temos que tentar entender o efeito qualitativo do que é feito ouvindo mais as pessoas. Ao lado da estatística há a arte da pesquisa de mercado. Quem sabe os indicadores possam ser feitos a partir de discussões em grupo – defendeu.

O secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Alberto Freitas, saudou a criação de novos indicadores de desempenho baseados em diferentes perspectivas. Conforme disse, os indicadores não devem mostrar apenas a eficiência do gasto público, mas a qualidade do serviço público e a transparência.

Para Ipea, PIB crescerá entre 1,5% e 2,5% este ano

Pochmann informou que o Ipea estima que o PIB do Brasil deva crescer entre 1,5% e 2,5% em 2009. Pela pesquisa Sensor Econômico, do instituto, sobre a percepção de cerca de cem instituições do setor produtivo quanto à evolução da economia do país, o PIB brasileiro deverá crescer acima de 1,6% este ano.

Paulo Paim (PT-RS) vai propor a apresentação, em Plenário, do IQD, elaborado pelo Ipea.

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou Pochmann sobre a correlação entre o novo indicador e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – instrumento utilizado pela Organização das Nações Unidas que permite a comparação, entre países, de níveis de riqueza, educação e expectativa de vida. O novo indicador do Ipea é mais amplo que o IDH e não tem contrapartida em outros países, disse o economista.

Paul Singer destacou o potencial transformador dos indicadores sociais, capazes de identificar falhas no processo de desenvolvimento e inspirar políticas públicas.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) registrou a importância de indicadores que permitam captar a evolução qualitativa das comunidades, afirmando que “a civilidade de um país passa também pela evolução espiritual”.

CI agenda debates sobre desenvolvimento

A partir do dia 7 de abril a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove debates sobre o desenvolvimento do país, envolvendo temas como recursos energéticos; telecomunicações; infraestrutura e políticas públicas; tecnologia da informação; fármacos e medicamentos; inovação e desenvolvimento econômico; agências reguladoras; saúde e regulação; e integração

da América do Sul.

Os debates ocorrerão às segundas-feiras, às 18h, com especialistas renomados.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) coordenou o grupo de trabalho que apresentou o roteiro das atividades, junto com os senadores Gim Argello (PTB-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para Delcídio, os debates poderão apresentar soluções para

graves problemas nacionais. Entre os convidados estão o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho; os economistas Delfim Neto, Luiz Carlos Mendonça de Barros e José Márcio Camargo; o ex-prefeito de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner; e Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base.

Gabrielli: combustíveis têm política de longo prazo

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, contestou críticas à decisão da estatal de manter sem alteração os preços finais dos combustíveis no país, apesar da queda acentuada da cotação do barril do petróleo cru no mercado internacional. Em audiência pública na terça-feira, Gabrielli esclareceu que a política da estatal é definida no médio e longo prazo, sem repassar para os consumidores, nem para mais nem para menos, as flutuações do mercado internacional.

– É difícil para o brasileiro entender o porquê dessa conta, se o preço hoje pago, pelo barril, é cerca de 46% menor, em reais, do preço médio do barril em 2007 – ponderou Osmar Dias (PDT-PR).

Desde a eclosão da crise econômica global, em outubro, as cotações do barril, depois de chegar perto de US\$ 150, despencaram para cerca de US\$ 40. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) chegou a sugerir que a Petrobras manteve os preços para fazer caixa, já que teve redução em seus lucros e precisava financiar o programa de investimentos. Mas senadores

governistas lembraram que, se não reduziu ainda os preços, a estatal também não promoveu reajustes quando o barril disparou no ano passado.

Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou que o alto preço do óleo diesel está afetando o agronegócio no país. Jefferson Praia (PDT-AM) lembrou que os impostos embutidos têm peso no preço final da gasolina.

– Precisamos abrir essa caixa-preta da composição do preço do combustível no nosso país – afirmou Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Petrobras não depende do BNDES, diz Gabrielli

Gabrielli negou que os recursos para investimentos estejam dependendo de apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Para Tasso Jereissati, há excesso de operações com bancos estatais, o que comprometeria o apoio a pequenas e médias empresas.

O debate foi promovido pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).



MÁRCIA KALUJNE

O presidente da Petrobras negou que preço alto da gasolina sustente investimentos e garantiu que endividamento dará retorno à estatal

Petrobras deve investir no país US\$ 158 bilhões em cinco anos

O Plano de Negócios da Petrobras para o período 2009/2013, segundo Sérgio Gabrielli, prevê US\$ 174,4 bilhões em investimentos. Desse total, 91% (US\$ 158,2 bilhões) devem se concentrar no Brasil e viabilizar a concretização da meta de produção diária de 3,6 milhões de barris de óleo e gás em 2013.

Em relação à exploração de reservas no pré-sal, a Petrobras estima que, em 2013, a produção de petróleo nessas áreas chegue a 219 mil barris diários. Os investimentos no setor nesses cinco anos estão fixados em US\$ 28,9 bilhões.

Questionado pelo presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), sobre se o Brasil alcançaria autossuficiência na produção de

gás com esses investimentos, Sérgio Gabrielli admitiu que o país vai conquistar apenas autonomia e independência.

Dos 135 milhões de metros cúbicos diários de gás que o Brasil deverá demandar em 2013, o presidente da estatal disse que 71 milhões de metros cúbicos deverão vir da produção nacional, mas ressaltou que 30 milhões de metros cúbicos continuarão, até 2019, a ser adquiridos na Bolívia.

Na comparação com o Plano de Negócios anterior (2008/2012), o volume de investimentos cresceu mais de US\$ 50 bilhões e deve movimentar mais de 600 projetos. Embora esse novo pacote leve ao aumento da dívida líquida da estatal, Gabrielli sustentou que o custo é menor que o retorno esperado.

internacional

Zambiasi celebra "maioridade" do Mercosul

Tratado de Assunção, que criou o bloco econômico na América do Sul, foi assinado há 18 anos por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) lembrou o 18º aniversário do Tratado de Assunção, assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no dia 26 de março de 1991, que criou o Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Segundo o senador, o Mercosul concretizou a ação inicial dos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, materializada na Declaração de Iguaçu.

Zambiasi homenageou também o senador Fernando Collor de Melo (PTB-AL), que, como

presidente da República à época, representou o Brasil na assinatura do tratado (veja abaixo entrevista com Collor).

O senador gaúcho ainda destacou o papel de Pedro Simon (PMDB-RS), que, segundo explicou, quando foi governador do Rio Grande do Sul, teve atuação fundamental para aproximar os países do Cone Sul, especialmente Brasil e Argentina.

Para Zambiasi, os países da América do Sul vivem uma situação semelhante ao marco-zero da Comunidade Econômica Europeia, no início dos anos



Segundo Zambiasi, países têm que aprofundar a integração para dar uma resposta coletiva à crise mundial

50. Ele destacou que, incluindo a Venezuela, em processo de adesão, os países que integram o Mercosul somam um produto interno bruto (PIB) de US\$ 1,78 trilhão, um território de 12,8 milhões de quilômetros quadrados e uma população de 262 milhões de habitantes.

– Unidos, somos maiores do que a crise mundial, que exige uma resposta coletiva da região, sem qualquer forma de protecionismo. Por isso, temos que aprofundar essa integração em todos os sentidos, econômico, político e social – afirmou Zambiasi.

Embaixador brasileiro defende ingresso da Venezuela

O embaixador do Brasil em Caracas, Antonio José Ferreira Simões, visitou diversos senadores para demonstrar a importância para o Brasil, principalmente econômica, do ingresso da Venezuela no Mercosul. Simões conversou com o presidente do Senado, José Sarney, e com Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A CRE decidiu, na quinta-feira, promover audiência pública para debater o tema.

Nos últimos dez anos, informou o embaixador, as trocas entre os dois países subiram 850%, alcançando o valor anual de US\$ 6 bilhões. Desse total, ressaltou, aproximadamente US\$ 5,3 bilhões são de exportações brasileiras, e somente US\$ 0,7 bilhão referem-se às importações – formando o maior superávit da balança comercial brasileira.

– O Mercosul está precisando de um novo impulso, e este impulso pode ser a entrada da Venezuela – defendeu.

Para Collor, depois de 18 anos bloco ainda engatinha

Na opinião do senador Fernando Collor (PTB-AL), um dos signatários da criação do Mercosul, o bloco ainda está longe da idade adulta. Os países membros, segundo ele, deveriam buscar maior coordenação de suas políticas econômicas para evitar as “tentativas protecionistas”. Veja a entrevista à Agência Senado.

As suas expectativas em relação à integração regional se concretizaram?

Não, porque estamos muito atrasados em relação aos propósitos do Tratado de Assunção. Entre eles, a questão da tarifa externa comum, ainda não totalmente estabelecida, e a dupla tributação, um problema difícil de se resolver. O Mercosul ainda está engatinhando.

O bloco deveria caminhar para uma moeda única?

É muito cedo para se falar sobre isso. Muitas etapas deverão ser vencidas até se chegar a esse ponto.

Qual é sua opinião a respeito da criação do Parlasul?



Ex-presidente da República e signatário do Mercosul, Collor alerta para necessidade de tarifa comum

A criação do Parlamento do Mercosul é importante, mas o que se precisa discutir é qual o princípio que irá nortear sua formação, se é o princípio federativo, em que cada um dos Estados, independentemente do tamanho de sua população, tem o mesmo número de representantes, ou se será o sistema proporcional, em que o número de parlamentares é proporcional ao número de eleitores.

Qual é a melhor opção?

O princípio federativo é o mais justo. Mas isso não é uma posição firmada, procuro ouvir outras opiniões.

Aprovada extradição entre países de língua portuguesa

O Projeto de Decreto Legislativo 280/08, aprovado na quarta-feira, acata o texto da convenção de extradição entre os Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada em Cabo Verde, em 2005. A convenção visa aumentar a cooperação judiciária e simplificar e acelerar os procedimentos penais, conforme o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Pela proposta, os Estados membros obrigam-se a entregar, reciprocamente, as pessoas procuradas pelas autoridades policiais de outro Estado que estejam em seus territórios.

Localizadas e entregues, as pessoas procuradas ficarão sujeitas aos procedimentos judiciais decididos pela Justiça do respectivo país.

O projeto vai a promulgação.

COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA COM A SUÉCIA

Os senadores aprovaram o projeto de decreto legislativo (PDS 287/08) que trata do acordo celebrado entre o Brasil e a Suécia sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis. Celebrado em Estocolmo em 2007, o acordo prevê a criação de um grupo de trabalho para conduzir a implementação das iniciativas de cooperação conjuntas, e o auxílio a países em desenvolvimento no campo de biocombustíveis, com a participação de organizações multilaterais e bancos de fomento, visando ao desenvolvimento de fontes de energias renováveis.

SOFTWARE LIVRE

Foi encaminhado à promulgação o acordo firmado entre a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e o governo brasileiro (PDS 275/08) para capacitação em software livre nos países em desenvolvimento. Assinado na Tunísia, em 2005, o acordo visa à inclusão digital, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

BRASIL E BARBADOS

Acordo de cooperação técnica (PDS 279/08) entre o Brasil e Barbados, assinado em 2004, foi aprovado pelo Senado. O objetivo do acordo é implementar atividades, programas e projetos de cooperação técnica, que poderão envolver instituições públicas e privadas, assim como organizações não governamentais de ambos os países.

TURISMO

Projeto de decreto legislativo (PDS 284/08) que aprova texto de acordo de cooperação entre o Brasil e o Panamá para incrementar o fluxo de turistas e de investimentos em turismo foi aprovado pelo Senado nesta semana. Os principais pontos do acordo são a cooperação entre os órgãos oficiais e a proibição de atividades turísticas relacionadas a abusos de natureza sexual.

SANEAMENTO NO PIAUÍ

Ajuste em acordo de cooperação financeira (PDS 268/08) celebrado entre o Brasil e a Alemanha assinado em 2006, para programa de saneamento básico no Piauí e envolvendo ajuda de 304,8 milhões de marcos alemães, foi aprovado e agora vai a promulgação. Pelo acordo, o grupo bancário alemão KfW ainda poderá ajudar com até 5 milhões de euros.

Senado comemora 45 anos da Campanha da Fraternidade

Os 45 anos da Campanha da Fraternidade – cujo tema em 2009 é “Fraternidade e Segurança Pública” – foram homenageados em sessão especial pelo Senado. A campanha é promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A homenagem foi sugerida por José Nery (PSOL-PA), que lembrou a situação dos 120 mil presos por decisões provisórias da Justiça.

– Com justa indignação eles cobram a mesma pressa, audácia e firmeza do Judiciário demonstradas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal ao libertar, em menos de 48 horas, o banqueiro Daniel Dantas, acusado de vários crimes graves – afirmou.

A sessão foi presidida por Marconi Perillo (PSDB-GO) e contou com a participação do núncio apostólico do Brasil, dom Lourenzo Baldisseri, do secretário-geral da CNBB,



José Nery homenageou os 45 anos da campanha, cujo lema em 2009 é “A paz é fruto da justiça”

dom Dimas Lara Barbosa, e dos senadores Fernando Collor (PTB-AL), Marisa Serrano (PSDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Marco Maciel (DEM-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Jefferson Praia (PDT-AM), Flávio Arns (PT-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS).

EMBAIXADORES 1

O Senado aprovou a indicação dos novos embaixadores brasileiros no Azerbaijão (Paulo Antonio Pereira Pinto), na Nova Zelândia (Renata Stille) e na Armênia (Marcela Maria Nicodemus). Eles anunciaram suas primeiras missões, que envolvem a ampliação do comércio bilateral, no caso do Azerbaijão; a cooperação nos setores de educação, meio ambiente e pesquisa agrícola, com a Nova Zelândia; e cooperação agrícola com a Armênia.

EMBAIXADORES 2

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a indicação, pela Presidência da República, dos diplomatas Antônio Fernando Cruz de Mello para o cargo de embaixador do Brasil na Ucrânia e na Moldávia; José Vicente da Silva Lessa, para o mesmo cargo na Namíbia; e Arthur Vivacqua Correa Meyer, para São Tomé e Príncipe. As três indicações serão agora submetidas a votação pelo Plenário.

ANTAQ

Os senadores aprovaram a indicação, pelo presidente da República, de Tiago Pereira Lima para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Tiago Lima é graduado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e desde 2004 atua como assessor parlamentar na Câmara dos Deputados. Ele também foi diretor-geral do Supremo Tribunal de Justiça e secretário de Controle Interno no Ministério do Bem-Estar Social.

debates

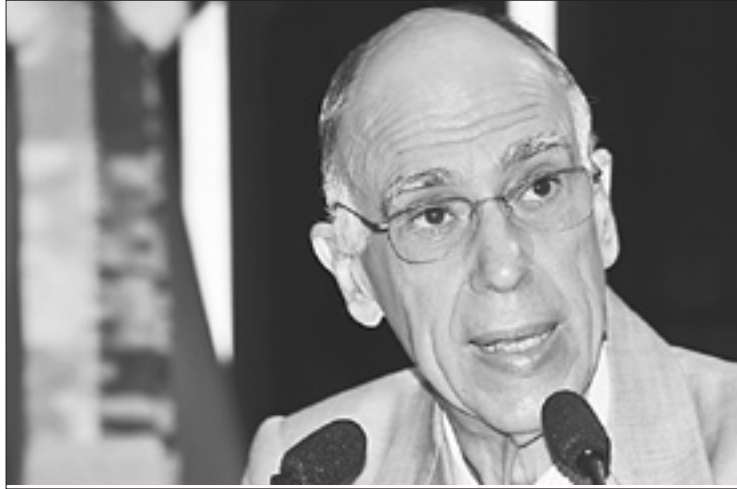
Maciel conclama país a defender recursos hídricos

Brasil detém 12% de toda a água doce do mundo, um bem cada vez mais escasso e que já começa a gerar perigosos conflitos entre povos e nações

A importância da água e a crescente carência desse recurso natural em todo o planeta levaram o senador Marco Maciel (DEM-PE) à tribuna para defender campanhas ecológicas com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre os novos conceitos de qualidade de vida.

– O fato de sermos um país rico em recursos hídricos não quer dizer que não devamos tratar essa questão como essencial ao país e ao desenvolvimento. Em meio a tantas carências, a ameaça de falta de água é a maior de todas, pois a água é um bem essencial à vida humana – afirmou Marco Maciel, lembrando que, apesar de 70% da superfície do planeta ser constituída de água, apenas 3% desse total é considerado potável.

O tema é tão relevante que levou, recentemente, 15 mil pessoas a se reunirem no Fórum Mundial da Água, em Istambul, na Turquia, lembrou o senador



Senador alerta que água é um bem essencial à vida humana e que, portanto, merece campanhas públicas de conscientização envolvendo a toda população

por Pernambuco. Isso porque, segundo explicou Maciel, a falta crescente de água no planeta é um problema que já causa conflitos internacionais, políticos e até militares. Além disso, alertou o parlamentar, estudos estratégicos demonstram a tendência de aumento do problema, com

repercussões imprevisíveis para o Brasil, país que detém 12% de toda a água doce do mundo.

Em seu pronunciamento, Maciel ressaltou ainda que a questão da água está também ligada à falta de saneamento básico e que esse flagelo, no Brasil, atinge metade da população.

Paim destaca diálogo em torno de hidrelétrica

As bancadas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina no Congresso e os prefeitos dos municípios de Itapiranga (SC) e Pinheirinho do Vale (RS) se reuniram esta semana com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O motivo do encontro, tema de pronunciamento do senador Paulo Paim (PT-RS) na sexta-feira, em Plenário, foi a construção de uma hidrelétrica no rio Uruguai, na divisa entre os dois estados. A audiência, segundo Paim, buscou superar divergências quanto à construção da usina.

O parlamentar informou que a obra, orçada em R\$ 2 bilhões,

integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O encontro com o ministro, disse, objetivou o entendimento quanto a problemas como desapropriações de terras, remoção de população e impactos sobre o meio ambiente, questões presentes em processos de construção de hidrelétricas.

– Com a reunião, o ministro inaugura um procedimento muito interessante, de chamar toda a sociedade para o debate – observou Paim, ao elogiar a postura de Edison Lobão.

O senador voltou a destacar a divulgação do Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD), ela-

borado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e lançado em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na última quinta-feira. O indicador mede a qualidade do crescimento econômico, da relação do Brasil com outros países e do bem-estar da sociedade.

O senador defendeu a ampliação dos chamados “empregos verdes”, que são atividades realizadas com tecnologias que ajudam a proteger o ambiente. Em especial, o senador citou o trabalho dos catadores, essencial para os processos de reciclagem de materiais, já muito utilizados pelas indústrias.

Mão Santa cobra conclusão de obras federais no Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que determine a conclusão de 20 obras federais em seu estado, que, como informou, estão inacabadas. O pedido, durante pronunciamento em Plenário, na sexta-feira, foi feito em meio a denúncias de que o governo do Piauí divulgou recentemente publicação ilustrada incluindo na lista realizações de obras que ainda não se concretizaram.

Intitulada *Informativo Turístico*, a publicação foi preparada, conforme o senador, como parte de material de divulgação de cerimônia com participação do presidente Lula, no estado, no início do mês. Na ocasião, disse, ele divulgou o levantamento sobre as obras inacabadas, o que teria provocado a ira dos governistas no Piauí. – Eles fizeram um folheto colorido, caro, bonito, mas só de mentiras – afirmou o senador que, ainda, criticou o governo estadual por pintar portais de escolas em cor vermelha.

Lúcia Vânia elogia MP sobre recolhimento de imposto

Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a aprovação da Medida Provisória 448, que altera o prazo de recolhimento pelas empresas de impostos e contribuições federais. Ela disse que a medida alivia, pelo menos em um primeiro momento, a situação de empresas em dificuldades diante da crise financeira mundial.

A senadora lembrou que, entre os países do G-20, o Brasil foi o que menos gastou com pacotes de estímulo à economia, para amenizar os efeitos da crise: apenas 0,2% do PIB, segundo levantamento publicado pela Organização Mundial do Trabalho. Lúcia Vânia citou palavras do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss Kahn, alertando os países emergentes de que a crise internacional exigirá que eles construam um novo modelo econômico, que permita o crescimento sem depender de recursos externos.

Simon lê resposta de Gilmar Mendes a suas críticas

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou na última sexta-feira que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes é “uma figura controversa”, muito embora tenha manifestado respeito à instituição e ao Poder Judiciário.

Em recente pronunciamento, Simon disse que “infelizmente, o Supremo é um arquivo morto”, em referência a processos que não teriam sido julgados. Diante da afirmação, Gilmar Mendes enviou ofício ao senador – lido por ele em Plenário – no qual afirma que

“o Supremo Tribunal Federal tem apreciado com diligência e responsabilidade todos os inquéritos e ações penais a si submetidos por designação constitucional”.

O senador disse que, dentre muitas de suas propostas de combate à corrupção e à impunidade já aprovadas, está a que dispensa a necessidade da autorização do Congresso para a investigação de parlamentares suspeitos de desvios de conduta. Este requisito, inclusive, é lembrado por Gilmar Mendes no ofício enviado a Simon.

Programa habitacional do governo é excludente, afirma Efraim

O senador Efraim Morais (DEM-PB) reforçou as críticas oposicionistas ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), lançado na semana passada pelo presidente Lula por meio de medida provisória (MP 459/09). Efraim considera que o programa é excludente, pois, ao restringir a construção de casas populares a municípios com mais de 100 mil habitantes, deixa de atender à população de municípios menores, e mais carentes, das regiões Norte e Nordeste.

– A Paraíba tem 223 muni-

cípios, mas apenas três, João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita, deverão receber as 21,3 mil casas populares.

Para Heráclito Fortes (DEM-PI), é um ponto negativo o fato de que o governo tenha elaborado um plano prevendo que a liberação de recursos para construção das casas ocorra vinculadamente às empreiteiras e não por meio do repasse direto para os municípios, o que, em sua opinião, sairia mais barato e aceleraria as obras.

(Leia mais sobre o assunto na página 13).



Efraim e Heráclito no Plenário: críticas ao programa Minha Casa, Minha Vida

Heráclito: CPI das ONGs deve voltar à cena

Heráclito Fortes (DEM-PI) citou matéria publicada no *Correio Braziliense* na última sexta-feira, intitulada “Patrimônio suspeito”, sobre a apuração de denúncias de irregularidades envolvendo a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Ele pediu que os integrantes da CPI das ONGs, inspirados pelo noticiário, retomem imediatamente os trabalhos de investigação da atuação dessas entidades.

– Estamos passando pelo constrangimento de ver fatos dessa natureza serem apurados pela Justiça sem que a CPI cumpra seu papel.

Mesquita Júnior pede votação de projetos

A votação imediata pela Câmara dos Deputados de projetos, já aprovados pelo Senado, que beneficiam milhões de aposentados e pensionistas foi solicitada pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

– Fico contente em saber que o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, comprometeu-se publicamente em colocar na pauta de votação, já neste mês de abril, o projeto que equipara o reajuste do salário mínimo ao dos aposentados. Resta agora aguardar o que acaba com o fator previdenciário – afirmou o senador.

institucional

Camata propõe diminuir número de comissões

A quantidade de comissões permanentes no Senado cairia de 11 para apenas sete. A medida só seria aplicada na próxima legislatura

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) propôs a redução do número de comissões permanentes da Casa de 11 para sete. Relator da comissão especial que estuda a reforma do Regimento Interno do Senado, Camata argumenta que a medida permitirá mais rapidez nas votações de matérias.

– Mas isso só passaria a valer a partir da próxima legislatura, inclusive porque não se pode depor os presidentes de comissões que foram eleitos recentemente – explicou.

Camata propõe ainda que cada senador só possa ser membro de uma comissão permanente, ao contrário do que ocorre hoje,

em que há parlamentares que integram várias comissões simultaneamente. Por causa disso, senadores ficariam correndo de uma comissão para outra e com pouco tempo para refletir e votar.

Outra medida defendida por Camata é a de que os senadores que não apresentarem seus relatórios sobre as proposições que estiverem analisando no prazo predeterminado fiquem proibidos de receber novas matérias.

Na opinião de Camata, um relator não pode demorar vários anos para apresentar sua análise. Isso está errado criticou, mas ressaltou que o parlamentar

que não desejar relatar um texto para o qual foi designado poderá devolvê-lo à comissão e ficar livre para outra proposta.

O senador Marco Maciel (DEM-PE), por sua vez, sugeriu que as emendas aglutinativas – que são o resultado da fusão de várias proposições – sejam incorporadas ao novo Regimento Interno do Senado. Presidente da comissão especial que estuda a reforma do regimento, Maciel lembrou que esse dispositivo foi utilizado durante a Assembleia Nacional Constituinte e acabou sendo incorporado ao regulamento da Câmara dos Deputados.

Na opinião de Marco Maciel, as emendas aglutinativas devem favorecer os grandes acordos, pois quando os líderes estiverem em concordância em relação a uma matéria, esse instrumento tornará sua tramitação muito mais rápida. A sugestão recebeu o apoio do relator, Gerson Camata, para quem esse tipo de emenda já é consuetudinária.

presidência



Recebido em audiência pelo presidente do Senado, José Sarney, o governador da Paraíba, José Maranhão, afirmou em entrevista que o Senado Federal “tem tudo” para superar a crise resultante das denúncias publicadas recentemente pela imprensa, envolvendo aspectos administrativos da Casa.

– O presidente Sarney é um homem experiente. Com seus pares, ele encontrará a equação adequada para superar essa crise que afeta todo o Senado da República – disse o governador.

José Maranhão acrescentou que crise maior ele enfrenta desde que assumiu o governo da Paraíba em substituição a Cássio Cunha Lima, que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2006.

– Nossa crise lá é muito maior que a daqui – afirmou

Sindicalistas esperam votação de PEC

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na noite de terça-feira um grupo de dez sindicalistas representantes de servidores públicos de Rondônia. O grupo veio pedir a Sarney apoio para a aprovação, na Câmara dos Deputados, da proposta de emenda constitucional (PEC 483) que transfere para a União os servidores públicos do ex-território.

Segundo Claynewton Alves, presidente do Sindicato dos Motoristas Oficiais do Estado, Sarney se mostrou favorável à PEC, até porque já havia participado da aprovação de projetos semelhantes para o Amapá e para Roraima. Alves lembrou que a proposta já foi apreciada no Senado, para onde deve voltar se aprovada na Câmara



Camata (E), Maciel e Valadares analisam mudanças no Regimento Interno da Casa

Senado começa a convocar aprovados em concurso

Os 30 primeiros colocados no concurso público realizado em 2008 pelo Senado para as áreas de Comunicação Social e Eventos e Contatos foram convocados na sexta-feira a tomar posse.

A lista foi publicada no Boletim Administrativo do Pessoal (BAP) e no *Diário Oficial*. Uma nova lista deverá ser divulgada nesta semana com mais 30 aprovados para Comunicação Social. Depois começarão as convocações para outros setores como a Secretaria Geral da Mesa, a Ad-

vacacia e a Consultoria Geral de Orçamentos. Nos próximos 40 dias, o Senado convocará todos os 150 aprovados no concurso, disse o diretor-geral da Casa, Alexandre Gazineo.

– O objetivo, neste primeiro momento, é substituir terceirizados – afirmou Gazineo, que acenou com a possibilidade de um novo concurso em 2010.

Novas medidas administrativas

O 1º secretário do Senado,

Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou que as 38 diretorias do Senado deverão ser reduzidas para 20 ou menos. Com a medida, acredita, o Senado economizará mais de R\$ 1 milhão por mês. Heráclito contestou o número de 181 diretores que vem sendo divulgado pela imprensa, e leva em consideração cargos que não são efetivamente diretorias. Segundo ele, o Senado tem hoje 38 diretores e a expectativa é diminuir esse número para 16 ou até 14.

Senado apaga luzes e participa do movimento Hora do Planeta

O Senado se integrou ao movimento Hora do Planeta, idealizado pelo World Wide Foundation (WWF) e que consistia no apagamento das luzes em todas as partes do mundo, das 20h30 às 21h30, horário de Brasília, no último sábado.

A participação da Casa esteve sob a coordenação do programa

Senado Verde.

Com a autorização do 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), equipes da engenharia e da Polícia do Senado fizeram um planejamento estratégico para viabilizar o desligamento dos disjuntores sem comprometer o funcionamento de setores essenciais da Casa.

ANO LETIVO

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) abriram oficialmente o ano letivo de 2009 na quinta-feira. Participaram da solenidade o diretor-geral do Senado e vice-reitor executivo da Unilegis, Alexandre Gazineo; a diretora-executiva do ILB e vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione; e o gerente-executivo do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), Paulo Daniel Barreto Lima, entre outros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Sueli Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Na Rádio, debate sobre sequestro-relâmpago

Depois de cinco anos em discussão no Congresso, foi aprovado pelo Senado o projeto que inclui o sequestro-relâmpago na relação de crimes previstos no Código Penal. As penas variam de seis a 30 anos de prisão. A versão original do projeto foi alterada pela Câmara dos Deputados e, por isso, teve que voltar ao exame do Senado, de onde segue agora para sanção presidencial.

Nos últimos anos houve um aumento vertiginoso do número de sequestros-relâmpago nas capitais. Mas, como esse crime surgiu há menos de duas décadas, não estava previsto no Código Penal, elaborado há quase 70 anos. A lacuna vinha causando dificuldades tanto para autoridades de segurança pública quanto para a Justiça. Mesmo assim, a inclusão do crime no Código Penal gera polêmica. Enquanto advogados, delegados, promotores e juízes comemoram, para o ministro da Justiça, Tarso Genro, o projeto pode causar "confusão no sistema jurídico". Já o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito, argumenta que a tipificação não irá, por si só, inibir esses sequestros. Senadores e especialistas debatem o assunto na Rádio Senado.

Conexão Senado

Senado FM e OC
30/3, segunda-feira, às 8h
Internet: 30/3, segunda-feira



MARCELO CASAL JR./ABF

Especialistas explicam a origem e os sintomas da doença, e chamam a atenção para o papel dos pais e da escola na identificação e tratamento da doença

Inclusão fala de doença mental em jovens

O programa da TV Senado mostra a experiência e o funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, do Distrito Federal

O programa *Inclusão* mostra a importância do envolvimento da escola e da participação da família na identificação e no tratamento da doença mental e a experiência do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (Capsi), do Distrito Federal, na assistência à criança e ao jovem. Especialistas explicam a origem e os sintomas da doença e chamam a atenção de pais e médicos para a prevenção e o tratamento precoce do transtorno mental. Uma experiência bem-sucedida na capital do país mostra a recuperação de jovens vítimas de doença mental provocada pelo consumo de

drogas e de álcool. O coordenador de Saúde Mental ressalta os avanços no tratamento e aponta as dificuldades do Ministério da Saúde para expandir a rede pública de atendimento ao paciente infanto-juvenil. O senador Flávio Arns (PT-PR) critica a falta de recursos para o setor e afirma que ainda não existe a cultura de atendimento da pessoa com distúrbio mental no Brasil.

Inclusão

TV Senado
4/4, sábado, às 11h30 e 22h30
5/4, domingo, às 9h e 17h

Encontro volta e primeira entrevista é com Ziraldo

O programa *Encontro* reestrea com grandes entrevistas. A primeira atração da nova fase é uma bem-humorada entrevista com o cartunista e jornalista Ziraldo. *Encontro* mostra os primeiros traços da infância; o sonho realizado de produzir a primeira história em quadrinhos brasileira (*Pererê*); os avanços que *O Pasquim* representou para a imprensa; como entender as crianças e produzir sucessos como *O menino maluquinho*; e muito mais.

Encontro

TV Senado
4/4, sábado, às 15h30
5/4, domingo, às 21h

Projeto para levar justiça do trabalho para todos

Cidadania e Justiça é o nome de um projeto patrocinado pela Associação dos Juizes do Trabalho da 10ª região, com informação jurídica para comunidades carentes. Para falar da iniciativa e explicar o funcionamento da justiça do trabalho, a Rádio Senado convidou o juiz do trabalho José Ribamar Lima, presidente da associação.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
30/3, segunda-feira, às 10h
Internet: 30/3, segunda-feira

Influência francesa na formação dos jornalistas do país

Dominique Wolton, Pierre Bourdieu, Ferdinand Saussure, Michel Maffesoli, Roland Barthes e Dominique Maingueneau são nomes muito familiares aos estudantes de Comunicação brasileiros.

A formação dos profissionais nessa área têm ampla influência francesa, ao mesmo tempo em que a administração e a produção dos meios de comunicação de massa no país sofreram forte influência da dinâmica de mercado norte-americana.

A influência francesa é o tema da entrevista de Rogério dy la Fuente com a professora Zélia Leal Adghirni, doutora pela Universidade de Grenoble. Jornalista profissional, Zélia Adghirni é professora de pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e produz um livro com suas pesquisas sobre jornalismo e novas tecnologias. Ela também coordena o grupo de estudo da Faculdade de Comunicação da UnB em cooperação com a Universidade de Rennes-1, da França.

Estação da Mídia

Senado FM
31/3, terça-feira, às 7h30
Internet: 31/3, terça-feira



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h40 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema digital: Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: 3/4

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Dengue

"Enquanto a dengue avança pelo Brasil, o governo tenta sem sucesso conter a doença. A população, cansada de ser vítima, teme não conseguir se livrar desse mal. Porém, há um exército que luta diariamente contra esse descaso da sociedade com o meio ambiente. Os agentes de saúde têm, dentre outras, a árdua missão de conciliar a população e o Estado, funcionando como operários da informação. Portanto, peço aos senadores que olhem para esses agentes, para que eles possam amparar melhor suas próprias famílias, votando projetos de lei que visem melhorar as suas condições de trabalho e lhes garantir, sobretudo, uma remuneração digna."

Clebson Silva, de Varginha (MG)

Atendente ocupado

"Com a exclusão do telefone 0800 da Previdência Social, foi implantado o 135, que passou a ser utilizado, de acordo com a Previdência, para atendimento, agendamento e esclarecimento de dúvidas. Só que o número nunca atende, informando apenas que todos os atendentes estão ocupados. E a população fica sem atendimento adequado. Recentemente foi criada a lei de atendimento telefônico que estipula o tempo para atendimento inicial de um minuto. Gostaria de saber onde está o respeito com a população brasileira. E o cumprimento da lei, como fica?"

Mauro Barbosa da Silva, de Pindobaçu (BA)

PEC dos Vereadores

"Sugiro que seja tomada alguma providência junto ao presidente da Câmara dos Deputados para a aprovação do texto original da PEC 20/08. Os vereadores são os legítimos representantes do povo por ficarem diretamente em contato com as reivindicações populares, nos municípios. Foi por intermédio dos vereadores que

alguns senadores foram eleitos. É bom lembrar que a regulamentação não aumenta os gastos e sim a representatividade."

Pedro Roberto Maia Braga, de Filadélfia (BA)

Verba indenizatória

"Está de parabéns o senador José Sarney, presidente do Senado Federal, pela decisão de tornar públicos os gastos dos senadores com as verbas indenizatórias dos seus gabinetes. Isso se chama transparência por parte do Senado e eleva ainda mais o nome da Casa. A sociedade brasileira agradece!"

Marcelo da Silva Bispo, de Feira de Santana (BA)

Veículos limpos

"Sugiro que, a exemplo do *airbag*, lixeiras sejam itens obrigatórios nos carros brasileiros, sobretudo nos transportes coletivos. Esta seria mais uma medida de proteção à vida, que não isenta a necessidade de se educar a população quanto ao adequado trato com o meio ambiente. Que todos pensem nisso durante as nossas viagens!"

Rogério Paiva Castro, de Juazeiro do Norte (CE)

Aposentados

"Gostaria de parabenizar o senador Mário Couto pelo apoio aos projetos em favor dos aposentados. O presidente da República não tem dinheiro para pagar os aposentados, mas tem dinheiro para socorrer montadoras de automóveis."

Zenilton da Silva Mira, de Salvador (BA)

Fraudes no INSS

"Seria de grande valia o Senado Federal instaurar uma CPI para investigar as fraudes que ocorrem no INSS, pois, no município de Itiúba, quem deu entrada no pedido de aposentadoria, em maio de 2008, até hoje não recebeu o benefício."

Edmundo Cintra de Lima, de Itiúba (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases

“ É um absurdo, é uma provocação. É a

operação mais séria da história deste país, que pela primeira vez botou o banqueiro na cadeia

Pedro Simon, sobre a possibilidade de prisão do delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, responsável pela investigação que levou à prisão do banqueiro Daniel Dantas.

Agora seremos punidos por seguir a legislação? Aonde iremos parar?

José Agripino, confirmando que a empreiteira Camargo Corrêa fez doações à campanha do DEM em 2008.

Isso beira quase uma interdição. Como se, pelo fato de termos eleição em outubro do ano que vem, mais nada se pudesse fazer

Ideli Salvatti, em resposta a críticas de que o programa habitacional seria eleitoral.

A classe política, se tivesse bom senso, deveria ficar a quilômetros de distância de qualquer diretoria financeira

Jarbas Vasconcelos, sobre seu projeto que reserva diretorias de empresas públicas a servidores de carreira.



MOREIRA MARIZ

Aquela reunião não contou com a minha autorização, tudo o que se tratou não teve o meu envolvimento, estou distante dela, do que se tratou nela e do que se decidiu nela

Tião Viana, negando participação em suposto acordo entre PT e PMDB para superar crise no Senado.

Por que, quando o dólar sobe, o preço sobe, mas, quando o dólar baixa, o preço não baixa? Precisamos abrir essa caixa-preta da composição do preço do combustível

Flexa Ribeiro, criticando a política de preços da Petrobras.

Espero que o presidente não faça essa bobagem. O Ministério da Justiça está dominado por uma cultura de penas baixas. Aposto que, se for vetado, em seguida será enviado um projeto com penas menores

Demostenes Torres, sobre o risco de veto presidencial ao projeto aprovado pelo Senado que agrava a pena para crime de sequestro-relâmpago.

O maior problema que o Senado enfrenta atualmente é a cultura da Casa, que se tornou opaca e sem comunicação com a sociedade

Renato Casagrande, ao apresentar proposta de divulgar os gastos via internet.

Temos que parar com esse discurso de que as crianças e os adolescentes são o futuro do Brasil; eles têm que ser o presente

Serys Shessarenko, em defesa do projeto que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

O governo puniu os municípios pobres para salvar a poderosa indústria automobilística

Efraim Moraes, sobre o impacto da isenção de impostos no Fundo de Participação dos Municípios.



pergunte ao senador

Ingresso da Venezuela no Mercosul

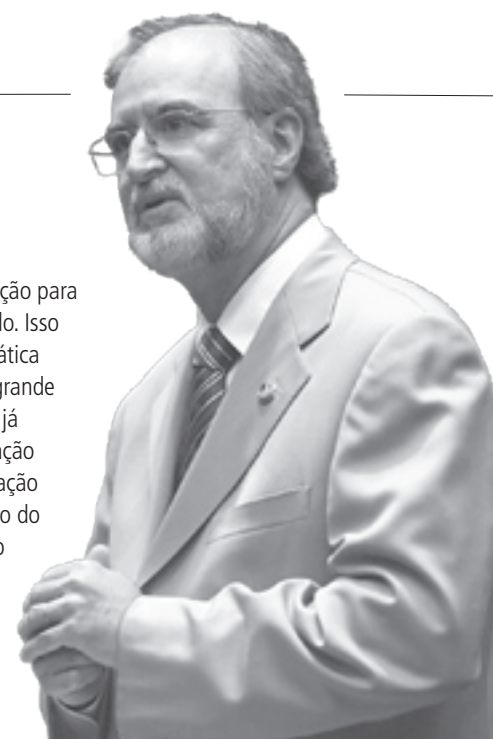
"É possível que o Senado Federal aprove a entrada da Venezuela no Mercosul, mesmo depois de o presidente Hugo Chávez ter conseguido modificar a Constituição para se manter no poder por tempo indeterminado? Isso não seria um desrespeito à cláusula democrática do Mercosul?"

Murilo Augusto de Medeiros, de Brasília (DF)

O senador **Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** responde:

O projeto referente à entrada da Venezuela no Mercosul está iniciando a sua tramitação na Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida por mim, tendo sido indicado como relator o senador Tasso Jereissati. Após a apresentação do relatório, que abordará os aspectos técnicos e políticos da questão, teremos a sua discussão e votação pelos 19 membros da CRE. Caso seja aprovado, o projeto seguirá para discussão e votação final em Plenário. É possível que o Senado aprove a entrada da Venezuela no Mercosul mesmo depois de o presidente Hugo

Chávez ter conseguido modificar a Constituição para se manter no poder por tempo indeterminado. Isso não seria um desrespeito à cláusula democrática do Mercosul. Mas deverá ser objeto de um grande debate na comissão. O protocolo de adesão já foi aprovado pela Câmara e pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A votação pela CRE e pelo Plenário conclui a tramitação do protocolo no Congresso Nacional. A inclusão da Venezuela precisa também ser aprovada pelo Parlamento do Paraguai, para ser oficializada. A proposta já foi aprovada pelos parlamentos de Argentina, Uruguai e Venezuela.



GERALDO MAGELA

Colesterol é mais que o vilão do coração

Entender o que é o colesterol, conhecer suas funções e os níveis recomendados dessa substância pode ajudar na prevenção de doenças

cardiovasculares. Um dos componentes da membrana que envolve as células do organismo de mamíferos, encontrado naturalmente no corpo humano, o

colesterol é importante para a produção de ácidos biliares – que ajudam na digestão de gorduras – e a síntese de vitaminas e de hormônios sexuais.

Alimentação responde por 30% das taxas

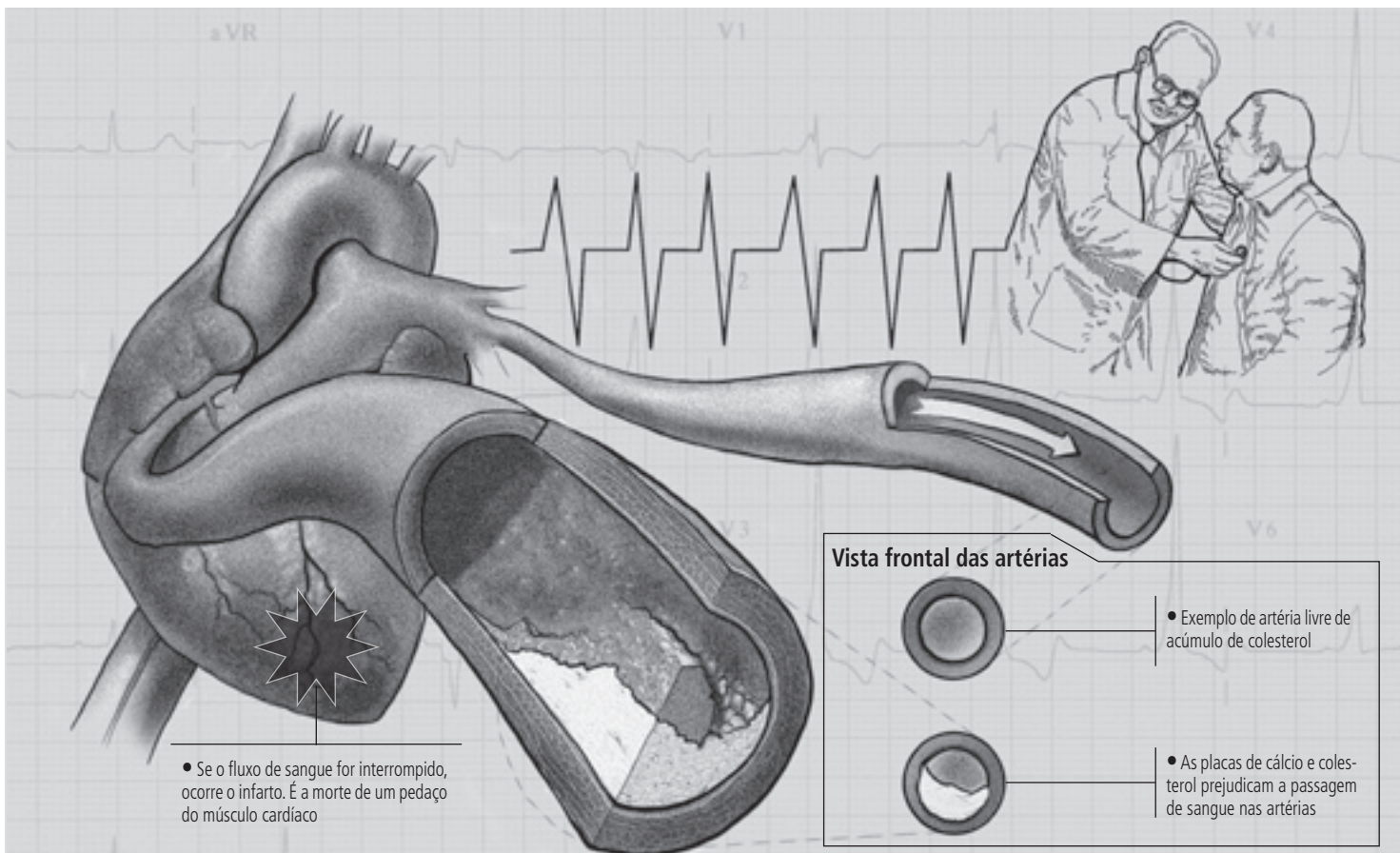
A maior parte do colesterol (70%) é produzida no próprio organismo pela síntese celular – colesterol endógeno. Os outros 30% vêm da dieta alimentar – colesterol exógeno. Importante para o metabolismo das vitaminas A, D, E e K, o colesterol também atua na síntese de hormônios esteroides e sexuais (progesterona, estrógeno e testosterona).

O excesso de colesterol no sangue – hipercolesterolemia – leva ao desenvolvimento da aterosclerose, que é o entupimento de artérias, com consequente diminuição do fluxo sanguíneo. A aterosclerose é causa de ataques cardíacos, intervenções cirúrgicas, como pontes de safena, além de acidentes vasculares cerebrais (AVCs), os chamados derrames. A aterosclerose pode ser resultado de uma alimentação rica em gorduras saturadas, geralmente de origem animal. Mas há também casos de alterações genéticas que levam o colesterol a não ser metabolizado adequadamente pelo corpo.

Os homens têm maior risco de apresentar colesterol elevado que as mulheres, mas, após a menopausa, o colesterol LDL (veja ao lado) da mulher aumenta, e o HDL diminui. Os níveis aumentam com a idade. Nos homens, a partir dos 45, e nas mulheres, a partir dos 55 anos.

Em entrevista ao site do médico Drauzio Varella, o cardiologista Protásio Lemos da Luz, do Instituto do Coração de São Paulo (InCor), afirma que crianças e adolescentes que pertencem a grupos de risco, com familiares que já apresentaram alguma doença cardíaca, devem fazer exames de sangue para medir os níveis de colesterol. Se a pessoa não apresenta nenhum fator de risco, o recomendável é que a avaliação seja feita a partir dos 30 anos, pelo menos a cada cinco anos.

A alteração do colesterol não apresenta sintomas ou eles só aparecem quando já existe uma doença estabelecida. Nesse caso, os sintomas vão depender do órgão que a artéria obstruída irrigava. Além dos exames, a prevenção das doenças cardiovasculares pode ser feita, em conjunto e indicada por cardiologista, pelo controle da dieta, exercícios físicos e uso de medicamentos.



Qual é mocinho e qual é bandido

Quimicamente um álcool, o colesterol é considerado uma das principais substâncias que compõem, juntamente com os triglicerídeos, as gorduras do sistema sanguíneo – os lipídios –, porque somente ligado a moléculas chamadas lipoproteínas é que ele consegue ser transportado através da corrente sanguínea.

Os dois componentes mais importantes do colesterol são o LDL (lipoproteínas de baixa densidade – do inglês *low density lipoprotein*), chamado de “colesterol ruim”, e o HDL (lipoproteína de alta densidade – do inglês *high density lipoprotein*), considerado

o “bom colesterol”.

O colesterol LDL transporta o colesterol do fígado – local de sua síntese – até as células de outros tecidos. É responsável pelo depósito de gordura nas paredes das artérias e corresponde a 75% do total do colesterol em circulação no corpo. Esse tipo tem baixos níveis proteicos.

Já o colesterol HDL apresenta elevadas quantidades de proteínas e transporta o excesso de colesterol das células para o fígado, eliminando-o pela bile e pelas fezes.

O médico cardiologista Protásio Lemos da Luz afirma que vários estudos demonstram

menor ocorrência de doenças cardiovasculares nas pessoas com colesterol HDL aumentado, ou nas faixas superiores do que é considerado normal.

Com exames de sangue para medir os níveis de colesterol, obtêm-se o valor total e as frações de LDL e HDL. Para cada um desses tipos, há um nível ideal em que o colesterol deve se manter para prevenir doenças cardiovasculares.

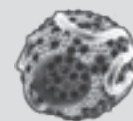
A Associação Médica Americana recomenda que o nível total seja mantido abaixo de 200 mg/dl (miligramas por decilitro) e que o colesterol HDL esteja acima de 35 mg/dl.

Colesterol

É uma substância semelhante à gordura. Está presente nos alimentos e também é produzido pelo fígado. Divide-se em dois tipos:

O BOM

HDL

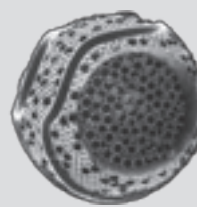


Lipoproteína de alta densidade

• Ajuda a eliminar o colesterol ruim da circulação sanguínea.

O RUIM

LDL



Lipoproteína de baixa densidade

• Entope as artérias e aumenta o risco de infarto.

Níveis dos tipos de colesterol

➔ Colesterol total

desejável: abaixo de 200 mg/dl
limitrofe: entre 200 e 239 mg/dl
aumentado: acima de 240 mg/dl

➔ LDL

ótimo: abaixo de 100 mg/dl
desejável: abaixo de 130 mg/dl
limitrofe: entre 130 e 159 mg/dl
aumentado: acima de 160 mg/dl

➔ HDL

normal: acima de 40 mg/dl (homens) e acima de 50 mg/dl (mulheres)
risco: abaixo de 35 mg/dl para homens e mulheres

➔ **Nas pessoas com fatores de risco** (idade, tabagismo, obesidade, hipertensão, histórico familiar), o desejável é:

LDL abaixo de 130 mg/dl
HDL acima de 45 mg/dl para homens e acima de 50 mg/dl para mulheres

➔ **Pessoas com doenças coronarianas assintomáticas ou diabetes**

LDL abaixo de 100 mg/dl
HDL acima de 45 mg/dl para homens e acima de 50 mg/dl para mulheres

➔ **Pessoas com doenças coronarianas sintomáticas**

LDL abaixo de 70 mg/dl
HDL acima de 45 mg/dl para homens e acima de 50 mg/dl para mulheres

Como reduzir os riscos de doença cardiovascular

Dieta: evite alimentação com excesso de gordura saturada, que reduz o nível de colesterol bom e aumenta o LDL. Dê preferência a alimentos ricos em gordura insaturada, que ajuda a diminuir o colesterol sanguíneo. Mas, por serem muito calóricos, esses alimentos devem ser consumidos com moderação:

São alimentos ricos em gordura saturada: carnes, frutos do mar, gema de ovo, leite e derivados, bolos, biscoitos, chocolates, tortas, sorvetes, coco e azeite-de-dendê.

São ricos em gordura insaturada: óleos vegetais (oliva, canola, soja, milho, girassol), nozes, avelãs e abacate.

Peso: o excesso de peso tende a aumentar o seu nível de colesterol LDL. A perda de peso pode ajudar a elevar os níveis do HDL.

Atividade física: exercícios aeróbicos recomendados a partir de avaliação médica ajudam a aumentar o colesterol HDL, perder peso e controlar a pressão arterial.

Fontes: Novartis, Wikipédia, www.boasaude.uol.com.br e www.drauziovarella.ig.com.br

Saiba mais

Instituto do Coração (InCor)
Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 44
São Paulo (SP) – CEP 05403-900
(11) 3069-5000
www.incor.usp.br

Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC)
Alameda Santos, 705, 11º andar – Cerqueira César
São Paulo (SP) – CEP 01419-001
(11) 3411-5500
www.cardiol.br